

# O Papel da África do Sul no Desenvolvimento Regional

O caso das relações económicas bilaterais com Moçambique

**Natasha Pereira Lubaszewski**

Orientadora: Prof. Doutora Carla Guapo da Costa

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
Em Estudos Africanos

Lisboa  
2019

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)

# O Papel da África do Sul no Desenvolvimento Regional: O caso das relações económicas bilaterais com Moçambique

*Natasha Pereira Lubaszewski*

*Orientador: Prof. Doutora Carla Guapo da Costa*

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Estudos Africanos

Júri:

Presidente:

Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino, Professora Associada do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa, Professora Catedrática do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

Doutor Álvaro Luís Correia de Nóbrega, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; Prof. Doutor Jorge Rio Cardoso

Doutor Jorge Pedro Rio Cardoso, Professor Auxiliar Convidado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa.

*Lisboa*  
*2019*

## Resumo

O fim do Apartheid na África do Sul é um dos fatores que fez com que surgisse uma ideia de renascimento africano no continente. O importante papel que passou a desempenhar a partir do governo de Nelson Mandela, em 1994, tanto nas suas relações bilaterais quanto nas instituições multilaterais fez com que o país passasse a ser considerado como potência regional em África. O discurso dos sul africanos passou, a partir daí, a defender e incentivar o desenvolvimento, prosperidade e cooperação para a região.

Em um contexto de *Agenda 2063* da União Africana, cujos objetivos englobam a procura por um desenvolvimento com base na integração, interessa saber qual o papel dos países mais desenvolvidos da região neste processo. Neste cenário, o presente trabalho visa compreender como a África do Sul influenciou o desenvolvimento de Moçambique entre 1994 e 2016, visto serem os principais parceiros económicos na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) em termos de trocas comerciais e de investimentos.

Para isso, a presente pesquisa procurará primeiro contextualizar as relações bilaterais, traçando o perfil de desenvolvimento da África do Sul e de Moçambique no quadro da SADC e descrevendo as relações entre os dois países. Em seguida, através da análise quantitativa e qualitativa tentará identificar e verificar o contributo das trocas comerciais e dos fluxos de investimento direto externo (IDE) sul africano no crescimento económico e no desenvolvimento de Moçambique. Por fim, a partir das análises feitas, avaliará a importância dos fluxos de investimento direto sul-africano no desenvolvimento de infraestruturas de transporte, saúde e educação em Moçambique.

**Palavras-Chave:** África do Sul; Moçambique; Integração; Potência Regional; Desenvolvimento

## **Abstract**

The end of apartheid in South Africa is one of the factors that gave rise to an idea of African renaissance on the continent. The important role it played after Nelson Mandela's administration in 1994, both in its bilateral relations and in multilateral institutions, made it become a regional power in Africa. From then on, the South African discourse started to defend and encourage the development, prosperity and cooperation of the region.

In the context of the African Union Agenda 2063, whose objectives include the quest for integration-based development, it is important to know what is the role of the most developed countries in the region is in this process. In this scenario, this paper aims to understand how South Africa influenced the development of Mozambique between 1994 and 2016, as they are the main economic partners in the Southern African Development Community (SADC) in terms of trade and investment.

To this end, the present research will first seek to contextualize the bilateral relations, tracing the development profile of South Africa and Mozambique within the SADC framework and describing the relations between the two countries. Then, through quantitative and qualitative analysis, it will attempt to identify and verify the contribution of South African trade and foreign direct investment (FDI) flows to Mozambique's economic growth and development. Finally, based on the analysis made, it will assess the importance of South African direct investment flows in the development of transport, health and education infrastructure in Mozambique.

**Keywords:** South Africa; Mozambique; Integration; Regional Power; Development.

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Enquadramento Teórico</b> .....	3
<b>Opções Metodológicas</b> .....	9
<b>Capítulo 1. Breve Evolução Histórica e Contextualização das Relações Bilaterais entre África do Sul e Moçambique</b> .....	11
<b>1.1. As Relações Bilaterais entre África do Sul e Moçambique Durante o Regime do Apartheid</b> .....	11
<b>1.2. Política Externa Sul Africana</b> .....	16
<b>1.2.1. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)</b> .....	20
<b>1.3. Perfis Económicos</b> .....	24
<b>1.3.1. África do Sul</b> .....	24
<b>1.3.2. Moçambique</b> .....	27
<b>1.4. Considerações finais</b> .....	30
<b>Capítulo 2. As Relações Comerciais Bilaterais e seus Efeitos na Economia Moçambicana</b> .....	32
<b>2.1. Situação das Balanças Comerciais</b> .....	33
<b>2.2. Principais Parceiros Comerciais</b> .....	35
<b>2.3. Tipos de Produtos Transacionados</b> .....	41
<b>2.4. Considerações Finais</b> .....	43
<b>Capítulo 3. A Importância do Investimento Externo Direto nas Relações Bilaterais entre Moçambique e África do Sul</b> .....	46
<b>3. 1. O Investimento Externo Direto Sul Africano na África Austral</b> .....	46
<b>3.2. O IDE Sul Africano em Moçambique</b> .....	48
<b>3.3. A Diversidade do IDE Sul Africano em Moçambique</b> .....	51
<b>3.4. Os Mega Projetos</b> .....	53
<b>Mozal I e II</b> .....	55
<b>SASOL (South African Coal Oil and Gas Corporation)</b> .....	58
<b>Corredor de Desenvolvimento de Maputo</b> .....	60
<b>3.5. Reflexos dos Investimentos em Moçambique</b> .....	62
<b>Conclusão</b> .....	65
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	70

## Introdução

O fim do Apartheid na África do Sul é um dos fatores que fez com que surgisse uma ideia de renascimento africano. O importante papel que passou a desempenhar, a partir de Mandela, nas relações bilaterais e em organizações como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a União Africana (UA), somado ao seu nível de desenvolvimento económico, trouxe mudanças significativas na geopolítica africana (Ogunnubi and Amao 2016), tornando a África do Sul um dos países que se tem vindo a assumir como potência regional no continente (Flemes 2009).

A desestabilização provocada pela África do Sul durante o Regime do Apartheid, com guerras civis que resultaram não só em milhares de mortos, mas também no aumento dos níveis de pobreza, na destruição de infraestruturas, redes comerciais e etc. deixou marcas importantes que ainda estão presentes nas relações com diversos países vizinhos. Entretanto, o novo contexto fez emergir uma África do Sul que, em seu discurso, busca incentivar o desenvolvimento e trazer paz, prosperidade e cooperação para a região (Cardoso 1993), o que está reproduzido em diversos trechos de seu Livro Branco, por exemplo:

O dinamismo do crescimento económico no Sul deve ser aproveitado para apoiar a diversificação e a industrialização das economias africanas. A diplomacia económica terá como alvo o investimento estrangeiro direto na África, além de auxiliar no desenvolvimento de recursos humanos, institucionais, tecnológicos e de infraestrutura (South Africa 2011 pág. 28).

Num contexto de *Agenda 2063* da UA, cujos objetivos englobam a procura por um desenvolvimento sustentável, com base na integração regional, e por autossuficiência (União Africana 2013), interessa saber qual o papel dos países com mais recursos para alcançar este objetivo. Nesse sentido, Yongo-Bure defende que a criação de pólos de desenvolvimento regionais geraria uma difusão do desenvolvimento económico através do estabelecimento de redes de infraestrutura intra-africanas. A África do Sul seria um destes pólos, visto que a sua indústria dinâmica já reduziu a dependência de muitos países da SADC em importações de “longa distância” de insumos necessários para acelerar o desenvolvimento na região (Yongo-Bure 2015).

Considerando que há controvérsia quanto aos efeitos das relações da África do Sul com os países vizinhos, cabe analisar qual de fato é o papel que desempenha no desenvolvimento regional.

Neste contexto, a presente proposta de investigação tentará compreender como a África do Sul influencia o desenvolvimento de Moçambique, visto serem os principais parceiros económicos na SADC em termos das trocas comerciais, de investimentos produtivos e de infraestrutura (Castel-Branco 2002), tendo como recorte as relações económicas bilaterais entre 1994-2016. Deste modo, a maior parte dos dados recolhidos ao longo da pesquisa estarão restritos a este período temporal. A escolha deste período se deu devido ao fato de 1994 ter sido um ano fulcral para ambos os países, tanto pela realização das primeiras eleições multirraciais na África do Sul, quanto pela realização das primeiras eleições multipartidárias em Moçambique. Ambos os acontecimentos tiveram efeitos estruturais importantes para os países e são determinantes para as suas relações económicas atuais.

Torna-se importante um trabalho para abordar as relações económicas entre os países desde o fim do regime do Apartheid até um período mais recente, visto que existe uma lacuna temporal na revisão bibliográfica sobre o tema. São poucos os autores que abordaram estas relações após os 5 primeiros anos do século XXI, de modo que este trabalho visa contribuir com dados e análises mais atualizadas sobre a temática. Vale mencionar, neste sentido, que a revisão da literatura será feita ao longo da tese, lado a lado com a exposição dos dados quantitativos coletados, para que as análises qualitativas ajudem a compreendê-los e a dar o contexto necessário para a compreensão das relações entre os dois países.

Assim, através da análise das relações entre os dois países nas áreas do comércio e do investimento, discutir-se-á se a África do Sul age como motor de desenvolvimento neste contexto ou se utiliza um discurso de “renascimento africano” em benefício próprio em detrimento do país vizinho. Acredita-se, nesse sentido, que investigações sobre as dimensões económicas das relações entre a África do Sul e os países vizinhos não só facilitam a compreensão das relações intra-africanas, mas também servem de base para recomendações políticas para a redução das desigualdades nas relações.

A pergunta de partida que guia esta investigação foi formulada da seguinte forma: *de que modo a África do Sul, como potência regional na SADC, tem ou não contribuído positivamente para o desenvolvimento de Moçambique?*

O objetivo geral é descrever e analisar as trocas comerciais e o investimento direto externo entre a África do Sul e Moçambique e, perceber qual tem sido o seu contributo para o desenvolvimento moçambicano, tendo em conta os seguintes objetivos específicos:

1. Traçar o perfil de desenvolvimento da África do Sul e de Moçambique no quadro da SADC e descrever as relações entre os dois países;
2. Identificar e verificar o contributo das trocas comerciais e dos fluxos de IDE sul-africano no crescimento económico e no desenvolvimento de Moçambique;
3. Avaliar a importância dos fluxos de investimento direto sul-africano no desenvolvimento de infraestruturas de transporte, saúde e educação em Moçambique.

### **Enquadramento Teórico**

A pesquisa partirá de uma tríade conceitual: integração regional, potência regional e desenvolvimento. Integração regional pode ser considerada uma aproximação económica, política e/ou social entre os diferentes países parceiros. A integração pode se dar através da promoção de regulamentações uniformes dos fluxos de investimento, pode ser monetária, a fim de otimizar as relações comerciais entre o bloco ou também se dar através da remoção de barreiras nacionais nas transações, visando a integração dos mercados (Avon & Njikam 2015). Assim, a integração económica pode ser definida como um processo de regionalização simultâneo e concorrente ao processo de globalização em que o mundo se encontra actualmente. Pereira (2006) defende que a integração não seria mais do que uma forma de protecionismo, visto que os blocos regionais formados entre países nestes processos no geral visam a eliminação de barreiras entre os países pertencentes e a criação de barreiras para os países de fora.

Quando se trata de integração regional em África, há que compreender que o continente possui uma dinâmica própria, com níveis de interação entre as diferentes regiões que ultrapassam as fronteiras oficializadas na segunda metade do século XX. Nesse sentido, Bach (1999) enfatiza que os fluxos de comércio ultrapassam as fronteiras, com uma alta intensidade e diversidade de comércio informal e que, tendo em consideração a grande diferença das dinâmicas regionais existentes e que a



continentalização do comércio já é uma realidade, iniciativas de integração baseadas nos modelos europeus não são adequadas. Assim, apesar de nas diversas regiões do mundo o processo de integração andar ao lado de estratégias institucionais que respondem a globalização das economias, na África Subsaariana, essa regionalização procede principalmente de interações iniciadas por diversos atores não-estatais e redes interpessoais.

De acordo com McCarthy (1999), ao passo que a integração convencional de mercado no mundo desenvolvido busca aumentar a eficiência dentro das estruturas económicas existentes, a integração na África Subsaariana é orientada para o desenvolvimento e:

visa a transformação das economias por meio de novas oportunidades de economias de escala e especialização. A integração de mercado torna-se o paradigma da industrialização. De um modo um tanto paradoxal, o livre comércio deve funcionar como um instrumento para o desenvolvimento voltado para dentro, através da construção da capacidade produtiva que a integração convencional de mercado supõe existir (McCarthy 1999 p. 165).

Em sua teoria económica, Peter Robson (1985 apud Takirambudde 1999) considera que a integração económica tem algumas vantagens económicas importantes, como a melhoria dos termos de troca da organização em relação ao resto do mundo; aumento na eficiência causado pelo aumento da concorrência dentro do bloco; aumento de fluxo de capitais e alterações na taxa de avanço tecnológico. Neste contexto, a SADC, criada em 1992, surgiu com as preocupações centrais de infraestrutura e produção, tendo sido usada como principal veículo para a redução da dependência externa e a expansão das trocas no comércio inter-regional (Takirambudde 1999).

O presente trabalho se utilizará de uma ideia de integração que une diferentes aspectos de cada um dos conceitos acima apresentados. A integração regional seria, neste sentido, considerada um processo voluntário de crescente interdependência entre os diferentes países, em busca por redução da dependência externa e potencialização de suas capacidades internas. Assim, a integração aqui considerada é orientada para a transformação das economias por meio da construção de capacidade produtiva e pela pretensão do desenvolvimento económico dos países.

No que diz respeito à potência regional, Nolte (2010) define como um estado que articula a pretensão de ser tal, exibindo os recursos materiais (militares, económicos e

demográficos), organizacionais (políticos) e ideológicos para a projeção de poder regional. Nesse sentido, o país deve ter grande influência nos assuntos regionais, sendo interconectado com a região económica, política e culturalmente. Por fim, o Estado deve articular não apenas os seus próprios interesses, mas deve agir como representante dos interesses regionais também em níveis globais, sendo indispensável o reconhecimento ou pelo menos respeito de sua liderança por outros estados dentro e fora da região (Nolte 2010).

Seguindo uma noção similar, Flemes (2007) define o poder regional por meio de quatro critérios, nomeadamente: reivindicação de liderança, recursos de poder, emprego da política externa e aceitação do papel de liderança por países terceiros. Os recursos de poder seriam divididos em materiais e ideacionais, os primeiros consistindo em recursos militares (gastos com defesa e pessoal militar), demográficos (habitantes), geográficos (área), económicos (Produto Interno Bruto (PIB), índice e competitividade do crescimento e índice de gini) e índice de desenvolvimento humano (Flemes 2009). Os recursos ideacionais, por sua vez, seriam similares ao que Nye (2005) define como soft power: a capacidade de um Estado influenciar indiretamente o comportamento de outros Estados ou corpos políticos e obter o que se pretende através da atração e persuasão.

Schoeman (2000), em uma busca por caracterizar os poderes médios emergentes em termos globais, defende que estes seriam “estados fundamentais” para as suas regiões, pois o seu colapso geraria um caos transfronteiriço, ao passo que seu progresso e estabilidade reforçariam a economia regional.

Ogunnubi e Amao (2016) argumentam que um poder hegemónico regional, neste sentido, refere-se a um Estado que possua vantagens superiores de poder, com capacidades políticas e económicas que se refletem em um nível considerável de influência nos países vizinhos e de aceitação de sua liderança regional.

Em síntese, a noção de potência regional utilizada no presente trabalho considera, primeiramente, que são estados fundamentais para a sua região, visto que o seu colapso teria graves consequências para os países vizinhos. Para além disso, são considerados alguns fatores essenciais:

- Os recursos materiais (militares, económicos e demográficos);

- A reivindicação por liderança, ou seja, a pretensão de ser considerado líder;
- O reconhecimento da liderança, não necessariamente a aceitação, tanto por parte dos vizinhos regionais, quanto em termos internacionais;
- O nível de influência do país nos assuntos regionais em termos de soft power e capacidade de persuasão.

Uma análise do contexto sul-africano nos leva a afirmar que o país pode ser considerado uma potência regional. Entre outros fatores materiais, o país possui o maior PIB do continente (295 mil milhões de US\$ em 2016, de acordo com o Banco Mundial), tem significativos investimentos externos em estruturas estratégicas dos países vizinhos e um significativo poder militar e participação em missões de paz. Sua reivindicação por liderança, apesar de implícita, se evidencia no seu papel em diversos processos de cooperação multilaterais e a sua influência está refletida, por exemplo, na construção de uma ideia de Renascimento Africano através da Nova Parceria Para o Desenvolvimento Económico (Flemes 2009; Ogunnubi & Amao 2016).

Entretanto, o grau em que a posição hegemónica sul africana pode ser efectivamente traduzida em um papel de liderança depende de dois fatores importantes. Em primeiro lugar, a África do Sul ainda enfrenta os desafios de consolidação interna da sua tão recente democracia. A nova ordem política ainda carrega marcas importantes e profundas do antigo regime, nomeadamente vastos problemas sociais, raciais e económicos que ainda persistem. Em segundo lugar, o legado histórico regional marcado por contínuas tensões e pela antiga postura sul africana que buscava desestabilizar política e economicamente os países vizinhos, ainda marca as relações dentro da própria SADC, âmbito na qual a África do Sul tem tentado se mostrar cada vez mais como “um bom cidadão regional” (Alden & Le Pere 2009).

Por fim, quando se trata do desenvolvimento, a história já mostrou que não existe uma fórmula específica que se aplique a todos os países, a exemplo dos duvidosos resultados económicos dos Programas de Ajustamento Estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI), na década de 1980, em diversos países (Herath 2009). Desse modo, há que enfatizar que a ideia moderna de desenvolvimento é eurocêntrica e, por isso, esta pesquisa irá se basear em definições alternativas que estejam mais próximas do contexto

africano. Neste sentido, Chitonge (2015) afirma que a crise de compreensão do desenvolvimento em África é

[...] um produto do desencantamento resultante da incapacidade de imitar a experiência de crescimento económico e desenvolvimento da Europa Ocidental. [...] Conceitos comuns, como pleno emprego, mercados perfeitamente competitivos, estados burocráticos e meritocráticos, o proletariado e o trabalho excedente, precisam de sérios ajustes para capturar as realidades africanas (Chitonge 2015, p. 17).

Samir Amin (1990), ao tratar de fatores externos do processo de desenvolvimento no Terceiro Mundo, argumenta que existe uma estrutura “central” e “periférica” no sistema mundial capitalista, no qual a “periferia” é incorporada de acordo com as exigências do centro, estando o seu desenvolvimento, assim, sujeito a estas demandas. Defende, desse modo, que o único caminho para os países do Terceiro Mundo prosperarem seria através do “delinking” (desvinculação), processo que deve ser associado a algum programa social, constituindo um plano para construir uma nação nacional, moderna e autossuficiente.

O conceito de desenvolvimento é complexo, multifacetado e ultrapassa o de crescimento económico (Hosseini 2003; Seers 1969). O crescimento é, assim, apenas parte do processo, ou um meio para o desenvolvimento (Sen 1983). Seers (1969) defende, nesse sentido, que o crescimento refletido no aumento da renda nacional teria significado apenas como uma medida do potencial do desenvolvimento.

Herath (2009) argumenta que o propósito do desenvolvimento consiste em elevar o nível de vida das massas e criar oportunidades para que as pessoas tenham a possibilidade de desenvolver o seu potencial. Um nível mínimo cobriria, assim, as necessidades básicas da população: educação, saúde e saneamento e segurança alimentar. Seers (1969), por sua vez, procurou uma ampla e extensa definição de desenvolvimento que também analisa aspectos da pobreza, questões de emprego e desigualdade, incluindo aspectos do cumprimento do potencial humano como educação adequada e liberdade de expressão. Nesse sentido, defende que aspectos políticos e educacionais só teriam de fato importância uma vez que problemas como a subnutrição, o desemprego e a desigualdade se tornassem menos sérios.

Himmelstrand, Kinyanjui e Mburugu (1994), incluem também a emergência de regras que regulem as relações entre os principais atores económicos como parte do processo de desenvolvimento, através de luta por equidade e justiça ou negociação. Além

disso, incorporam no seu conceito uma balança comercial externa mais equilibrada, de modo a evitar demasiadas “trocas desiguais” e questões como autonomia, autogoverno e democracia, pois defendem que países cuja economia é determinada por países doadores ou pelo FMI, por exemplo, não podem ser considerados desenvolvidos.

Sen (1983), discorrendo sobre noções de “direitos” e “capacidades”, definiu o desenvolvimento como um processo de expansão de capacidades. Em suas palavras:

O direito refere-se ao conjunto de pacotes alternativos de mercadorias que uma pessoa pode comandar em uma sociedade usando a totalidade de direitos e oportunidades que enfrenta. [...] Com base neste direito, uma pessoa pode adquirir algumas capacidades, isto é, a capacidade de fazer isto ou aquilo (por exemplo, estar bem nutrido) e não conseguir adquirir outras capacidades. (Sen 1983, p. 754-755).

Nessa lógica, assumindo que para a maior parte das pessoas a única mercadoria vendável é a força de trabalho, os direitos das pessoas dependem de sua capacidade de encontrar um emprego, dos salários oferecidos e os preços das mercadorias a serem compradas (Sen 1983).

Hosseini acrescenta que o conceito de desenvolvimento deve preocupar-se com o crescimento, distribuição de renda e outros indicadores sociais e económicos, como a alfabetização, expectativa de vida, existência e continuidade das instituições políticas, sociedade civil e direito, e até mesmo valores menos tangíveis, como justiça e liberdade. Desse modo, é necessário ter em conta que os países africanos têm peculiaridades próprias e que devem ser respeitadas (Hosseini 2003).

Tratando do contexto específico da África Subsaariana, Kabuya (2011), defende que o desenvolvimento é um processo que melhora a vida das pessoas, com diferentes conotações para diferentes povos em diferentes lugares e épocas. Abrangeria, assim, a capacidade de atender às necessidades básicas e sustentar o crescimento económico, o alívio da pobreza, a criação de riqueza e a liberdade económica nestes países, representando também uma mudança nos padrões de vida. Seria traduzido, desse modo, na estrutura da produção económica (agrícola e industrial), nas infraestruturas do país (instalações de energia e transporte), na saúde e no nível de educação.

Assim, o presente trabalho entende desenvolvimento como um processo de busca por desvinculação externa (redução da sua vulnerabilidade), por autonomia e liberdade económica. Neste sentido, o crescimento económico não pode ser considerado como

sinónimo de desenvolvimento, mas como parte do processo, um meio para o alcançar. O processo de desenvolvimento seria traduzido, então, numa mudança de estrutura da produção económica (agrícola e industrial), numa melhoria das infraestruturas do país (instalações de energia e transporte), na elevação do nível de vida da população em termos educação, saúde, emprego e segurança alimentar e na redução da desigualdade.

## **Opções Metodológicas**

A presente pesquisa se enquadra na área dos Estudos Africanos e Economia Política Internacional e será conduzida pelo paradigma da teoria crítica que permite questionar os postulados ontológicos e epistemológicos das teorias convencionais (Guba & Lincoln 1994). Neste sentido, será trazido para o debate a proposta de Adriano Moreira (2005) da existência de um modelo observante Ocidental que produziu um conhecimento eurocêntrico sobre as múltiplas realidades observadas em África e a proposta de Boaventura Sousa Santos de epistemologias do Sul como forma de refletir sobre o presente das realidades africanas em alternativa à teoria crítica eurocêntrica (Santos e Meneses 2009).

A abordagem de investigação será mista, triangulando dados qualitativos e quantitativos para uma análise compreensiva do problema. Entretanto, haverá predominância dos dados qualitativos, com os dados quantitativos servindo de apoio e maneira de ilustrar os argumentos feitos ao longo do trabalho. Desse modo, a pesquisa será pautada em pesquisa bibliográfica e documental que incluirá relatórios e estatísticas de diversas fontes como o Banco Mundial (BM), FMI, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e o South African Reserve Bank. O tratamento e análise destes dados far-se-á com recurso a técnicas e procedimentos estatísticos dos dados quantitativos.

Visto que a pesquisa tentará “chegar a conclusões mais amplas do que o conteúdo estabelecido pelas premissas nas quais está fundamentado” (Mezzaroba & Monteiro 2003 p. 63), o método propriamente dito será indutivo. Assim, partindo das análises documentais e bibliográficas, a pesquisa tentará descobrir quais as implicações das relações económicas da África do Sul e Moçambique para o processo de desenvolvimento moçambicano.

O modelo de análise será construído a partir da operacionalização dos conceitos de integração regional, potência regional e desenvolvimento em dimensões e indicadores e incluirá três questões específicas de investigação:

1. Qual é o perfil de desenvolvimento de África do Sul e de Moçambique e como são as relações entre os dois países? Para responder esta questão serão utilizados dados como o PIB *per capita*, o índice de Gini, índice de desenvolvimento humano, além de revisão bibliográfica sobre histórico das relações e da sua aproximação económica, política e social tanto no âmbito da SADC quanto nas relações bilaterais.
2. Quais são os contributos das trocas comerciais e dos fluxos de investimento direto estrangeiro sul-africano no crescimento económico e no desenvolvimento de Moçambique? Na análise das trocas comerciais serão verificadas as balanças comerciais, a repatriação dos ganhos, o volume e tipo de produtos transacionados. Na análise do investimento direto estrangeiro sul-africano, serão verificados os seus custos e benefícios, além do seu impacto no emprego de mão de obra nativa;
3. Qual a importância destes fluxos de investimento nas infraestruturas de transporte, saúde e educação para o desenvolvimento moçambicano? Para responder esta questão serão utilizados dados setoriais do investimento sul-africano em moçambique, com importante destaque aos mega projetos com participação sul africana, e seus reflexos na educação da população e na melhoria de infraestruturas do país.

# Capítulo 1. Breve Evolução Histórica e Contextualização das Relações Bilaterais entre África do Sul e Moçambique

## 1.1. As Relações Bilaterais entre África do Sul e Moçambique Durante o Regime do Apartheid

Por sua proximidade geográfica (Mapa 1) e o intenso fluxo de pessoas e bens, para além da porosidade das fronteiras estabelecidas pelos europeus, que antes nem sequer existiam, não se pode dizer ao certo quando as relações entre África do Sul e Moçambique se iniciaram. Pode-se afirmar, entretanto, que as relações entre estes países, nas configurações que conhecemos hoje, foram desenvolvidas a partir do final do século XIX, início do século XX. De acordo com Castel-Branco (2002), estas relações foram moldadas, nos seus primórdios, por quatro fatores principais. Em primeiro lugar situa-se a força regional da economia sul africana, seguida da fraqueza económica moçambicana, da fraqueza internacional da economia sul-africana e do papel primordial do setor mineral-energético, ao redor do qual girava a estrutura política, social e económica da África do Sul na época (Castel-Branco 2002).

### Mapa 1. Mapa de África



Fonte: Pereira 2006

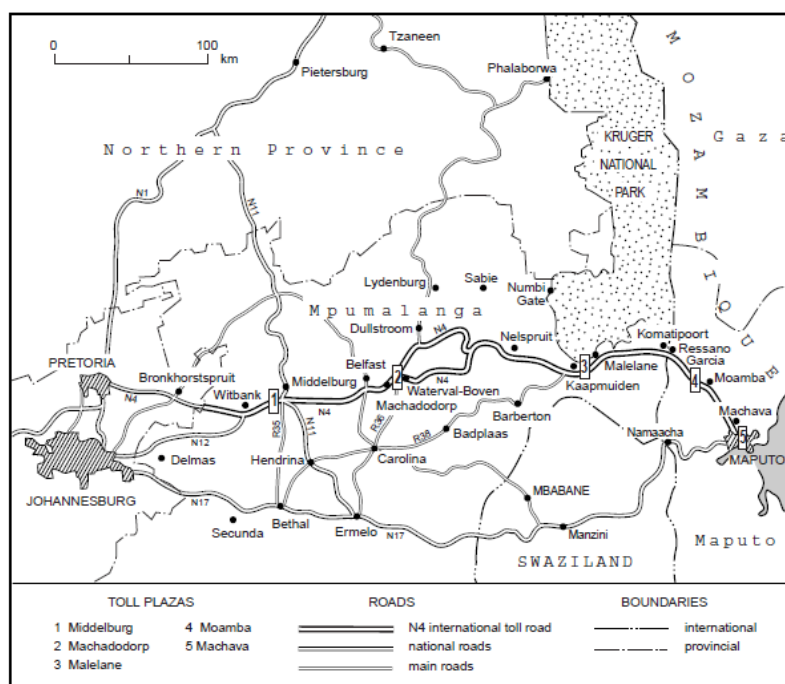
Durante o período colonial os portugueses formaram laços económicos estreitos com a África do Sul do Apartheid. A forma inicial de integração económica girou em torno da exploração de mão de obra barata moçambicana nas minas da África do Sul e dos serviços de transporte. O complexo mineiro sul africano empregou em média 110.000



trabalhadores migrantes por ano, na primeira metade de 1970 (Castel-Branco 2002). Nesta época, o setor de mineração da África do Sul, tornou-se a maior fonte de emprego assalariado para o povo moçambicano, tornando as remessas enviadas a fonte mais importante de rendimento e financiamento para o setor agrícola do sul do país (Lalbahadur & Otto 2013; Castel-Branco 2002). A emigração de trabalhadores moçambicanos no período foi objeto de regulamentação entre os dois países, desde 1897, visto que entre 25 e 30% da população economicamente ativa do sul de Moçambique estava a trabalhar no país vizinho (Pereira 2006).

Esta migração de trabalho formou a base do espaço histórico em torno do qual foi desenvolvido o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (Mapa 2), tão importante nos dias atuais. O corredor de transporte liga Joanesburgo ao Oceano Índico através do Porto de Maputo, e se tornou uma característica importante na definição da dinâmica regional na África Austral (Taylor 2003). Este corredor é hoje considerado um dos exemplos mais significativos da colaboração conjunta entre os dois países e será melhor abordado ao longo do Capítulo 3 deste trabalho (Lalbahadur & Otto 2013).

## Mapa 2. Corredor de Desenvolvimento de Maputo



Fonte: Rogerson 2000.

Neste período, as relações comerciais baseavam-se nas exportações de equipamentos, matérias-primas, acessórios e peças e uma variedade de bens de consumo por parte da África do Sul e exportações tradicionais e pouco diversificadas principalmente de camarões e derivados do petróleo por parte de Moçambique. De acordo com Castel-Branco, no início da década de 1970 a África do Sul figurava como o segundo maior parceiro comercial dos moçambicanos, atrás apenas da metrópole Portugal (Castel-Branco 2002).

Ainda durante o período colonial, quando a política de portas abertas foi adotada nos anos 1960, das 13 indústrias existentes em território moçambicano apenas duas tiveram participação não portuguesa. Após a política de portas abertas ser adotada, o capital sul africano passou a participar em muitas das novas indústrias que se desenvolveram em Moçambique, principalmente as que tinham ligação com o complexo energético mineral (Castel-Branco 2002).

A independência de Moçambique e a decorrente guerra civil iniciaram um período de animosidade e afastamento entre os dois países. A Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) era vista como ameaça pelo governo do Apartheid, principalmente após a formação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC)<sup>1</sup>, que cristalizava uma consolidação regional contrária ao regime de maioria branca. A África do Sul iniciou, neste período, uma campanha forte de desestabilização em Moçambique através de forte apoio à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), partido de oposição (Lalbahadur & Otto 2013). Desestabilização essa que se materializou não só em apoio em termos militares, mas na destruição das principais vias de comunicação do país, no fim das contrapartidas financeiras dos contratos de trabalhos de moçambicanos no país e no fim do recrutamento de trabalhadores migrantes para as suas minas, o que teve um forte impacto numa das principais fontes de receitas de Moçambique (Pereira 2006).

O apoio sul africano à Renamo e o alastramento da guerra a todo o país alcançou zonas de grande importância económica para Moçambique e trouxe graves consequências para o país. De acordo com Pereira (2006), Moçambique chegou a ter 40% da sua população em situação de deslocados de guerra. Entre 1980 e 1986 o seu PIB decresceu

---

<sup>1</sup> Que será melhor explicada na seção 1.2.1 deste capítulo.

mais de 30%, sua dívida externa cresceu quase 500% entre 1984 e 1992 e, entre 1985 e 1993 63% do investimento externo direto no país foi cancelado ou nem chegou a ser iniciado. Para além disso, a destruição das infraestruturas foi avassaladora (Pereira 2006).

Esta campanha de desestabilização é considerada por alguns especialistas como uma das causas da pobreza profunda de Moçambique no início dos anos 2000 (Taylor 2003) e resultou na assinatura do Acordo de Nkomati (1984), no qual os sul africanos se comprometeram a deixar de apoiar a Renamo, ao passo que os moçambicanos se comprometeram a deixar de apoiar o Congresso Nacional Africano (ANC), principal partido de oposição na África do Sul (Campos 1996).

Os primeiros anos do fim da guerra civil moçambicana, que se deu em 1992, coincidiram com o fim do regime do Apartheid na África do Sul. Com grandes afinidades, os movimentos de libertação ANC e FRELIMO viram-se no poder nos respectivos países no mesmo ano. Esta proximidade e seus laços históricos expandiram-se para o campo político, tornando as relações entre os dois países um dos pilares fundamentais do envolvimento regional moçambicano na região (Lalbahadur & Otto 2013).

Estes adventos abriram espaço para a África do Sul se tornar o maior investidor africano em Moçambique, representando 49% do Investimento Direto Externo (IDE) do país entre 1997 e 2002, o que será melhor abordado no Capítulo 3 do presente trabalho. As relações económicas entre os dois países são um bom exemplo do aprofundamento do envolvimento tanto da África do Sul quanto de Moçambique na região a partir da década de 1990. Em uma tentativa de se reerguer da devastadora guerra civil pela qual passou, Moçambique alavancou a sua relação com os sul africanos (Alden & Le Pere 2009).

As crescentes necessidades de suprimento energético por parte da África do Sul têm também um papel crucial no desenvolvimento das relações entre os dois países. Moçambique possui um enorme potencial hidro-energético, para além do projeto de gás natural liquefeito, que pode ser melhor aproveitado com os investimentos certos. A interligação entre as várias redes de produção e transporte de energia, torna-se, assim, não só de interesse de Moçambique, mas crucial também para a África do Sul (Cardoso 1993).

Esta convergência histórica e de interesses entre os dois países fez também com que a África do Sul passasse a figurar entre os principais parceiros comerciais

internacionais de Moçambique. Os moçambicanos, por sua vez, passaram a ser também um dos principais parceiros comerciais africanos dos sul africanos (Lalbahadur & Otto 2013). De acordo com dados do *Observatory of Economic Complexity* do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), nos anos 1990 a África do Sul ainda não figurava nem entre os 5 primeiros do ranking de países dos quais Moçambique mais importou e exportou. Esse quadro mudou de figura já em 1992, com o fim da guerra civil moçambicana, a partir de quando a África do sul passou a ser a principal fonte de importações do país, totalizando 28% (238 milhões de US\$). O fim do Apartheid, em 1994, contribuiu para aprofundar as relações comerciais e as importações de produtos sul africanos por parte de Moçambique passou a totalizar 50% do total das importações, em um valor total de 388 milhões de US\$, valor que logo em 1995 já chegava a 617 milhões, perfazendo 61% do total (Tabela 1).

**Tabela 1. Importações moçambicanas provenientes da África do Sul (1992-1995)**

Ano	Porcentagem	Valor (milhões de US\$)
1992	28%	238
1993	39%	295
1994	50%	388
1995	61%	617

Fonte: Observatory of Economic Complexity – MIT 2019. Elaboração própria.

Entretanto, os dados de exportação por parte de Moçambique mostram que os desequilíbrios nas relações comerciais não são uma situação inédita. Em 1992 os sul africanos representaram apenas 6.6% das exportações moçambicanas, com um total de 16,1 milhões de US\$. Em 1994 a África do Sul entrou em terceiro lugar no ranking de importadores de produtos moçambicanos, totalizando 12% do total (23.6 milhões de US\$). Em 1995, o somatório era de 29,7 milhões, totalizando 14% do total. O resultado foi um saldo comercial extremamente negativo para o lado moçambicano, totalizando um déficit de 221,9 milhões de US\$ em 1992, 364,4 milhões em 1994 e 587,3 milhões em 1995 (Tabela 2).

**Tabela 2. Exportações moçambicanas para a África do Sul e Saldo Comercial para Moçambique (1992-1995)**

Ano	Percentagem	Valor (milhões de US\$)	Saldo Comercial para Moçambique (milhões de US\$)
1992	6,6%	16,1	-221,9
1993	9,8%	16,5	-278,5
1994	12%	23,6	-364,4
1995	14%	29,7	-587,3

Fonte: Observatory of Economic Complexity – MIT 2019. Elaboração própria.

## 1.2. Política Externa Sul Africana

Em termos gerais, o Livro Branco de Política Externa da África do Sul identifica cinco pontos principais ao redor dos quais gravita a política externa do país, sendo que os mais centrais seriam o pan-africanismo e a solidariedade Sul-Sul<sup>2</sup>. Menciona, em seguida, a centralidade do multilateralismo, a consolidação das relações com o Norte e o fortalecimento das relações sociais, políticas e económicas bilaterais (South Africa 2011). O Livro Branco afirma, assim, que “a África do Sul se reconhece como parte integrante do continente africano e entende, portanto, que seu interesse nacional está intrinsecamente ligado à estabilidade, unidade e prosperidade da África” (South Africa 2011, p. 3).

Nesse sentido, há que se ter em consideração que a política externa sul africana pós-apartheid não pode ser entendida fora do contexto de transição política pelo qual passou o país em 1994. Como uma das últimas batalhas travadas contra o colonialismo por líderes africanos, a transição foi orientada por uma busca de igualdade racial não só em níveis internos, mas também internacionais. A priorização do desenvolvimento e modernização do continente Africano na política externa da África do Sul surgiu, assim, como algo natural (Habib 2009). Nas palavras de Barber (2005),

Finalmente, reconheceu-se que o destino da África do Sul estava na África, onde era devida uma dívida por apoio na luta de libertação. Olhando para o futuro, ficou cada vez mais claro que a África do Sul não poderia florescer cercada por um mar de pobreza. A África do Sul contribuiria para a região como parceira, “resistindo a qualquer pressão ou

---

<sup>2</sup> Esta cooperação está ligada a uma noção de divisão global entre o Norte, desenvolvido, e o Sul, subdesenvolvido. Neste sentido, a cooperação Sul-Sul é definida pelas Nações Unidas como uma cooperação técnica entre países considerados como do Sul Global e é uma ferramenta utilizada para troca de conhecimento, habilidades e iniciativas em áreas específicas como o desenvolvimento agrícola, a saúde, etc. (Nações Unidas Brasil 2019).

tentação para perseguir seus próprios interesses às custas do restante da África Austral” (Barber 2005, p. 1079-1080).

A nova elite política do pós Apartheid abraçou a divisão global entre países Desenvolvidos e Subdesenvolvidos, se identificando como parte do último, focou nos órgãos multilaterais para enfatizar a sua preocupação com as desigualdades económicas e as injustiças do comércio global (Barber 2005), procurando reformas na ordem global para criar um ambiente propício para o desenvolvimento africano (Habib 2009). Passou a reconhecer, também, que somente através de um desenvolvimento regional conjunto de algumas das interdependências profundas que sofre a África Austral seriam superadas, a exemplo da migração e do comércio ilegal, do tráfico de armas, drogas e de conflitos internos aos países. África do Sul pós-apartheid procurou, assim “combinar crescimento interno com a substituição do isolamento internacional por meio de ligações continentais e ultramarinas e de uma abordagem em direção à governança global” (Landsberg 2012 p. 257).

Assim, os sul africanos passaram a se envolver mais no comércio regional e a desenvolver projetos de cooperação setoriais, investindo principalmente em infraestrutura regional (Alden & Le Pere 2004). Nesse sentido, também passaram a liderar o exemplo em relação ao IDE no continente, expandindo exponencialmente seus investimentos em África no período pós-Apartheid (Habib 2009). Os IDEs do país no continente aumentaram para 31 mil milhões de dólares em 2005, comparado aos 2 a 3 mil milhões de dólares por ano quinze anos antes. A estratégia sul africana passou a ser a do Renascimento Africano, no qual o país tomaria posição de liderança a partir do elevado investimento do desenvolvimento económico, de doações através de órgãos multilaterais e do impulso militar e diplomático para estabilizar o continente (Apollo 2015).

Como uma junção do seu foco no multilateralismo e da sua priorização de África, a África do Sul visa reconstruir a arquitetura institucional africana. Nesse sentido, liderou, juntamente com a Nigéria, a transformação da Organização da Unidade Africana em União Africana e se tornou anfitriã do Parlamento Africano em seu território. Foi um dos países idealizadores também da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e desempenhou um papel de liderança na transformação da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) (Landsberg 2012).

Apesar da ênfase que a África do Sul passou a dar na colaboração, parceria e na atitude não hegemónica, a desconfiança por parte dos países vizinhos se mantém até a atualidade (Landsberg 2012). Os sul africanos mudaram de uma agenda isolada, altamente beligerante e militarista para uma que apoia o multilateralismo e envolve parcerias importantes (Habib 2009), mas o histórico de sucessivos governos com atitude intervencionista em relação ao interior africano não se pode apagar. Isso é verdade principalmente para a África Austral, que durante o Apartheid era considerada como uma zona de influência de Pretória, um recurso explorável e uma fonte de mão de obra barata (Daniel, Naidoo & Naidu 2004).

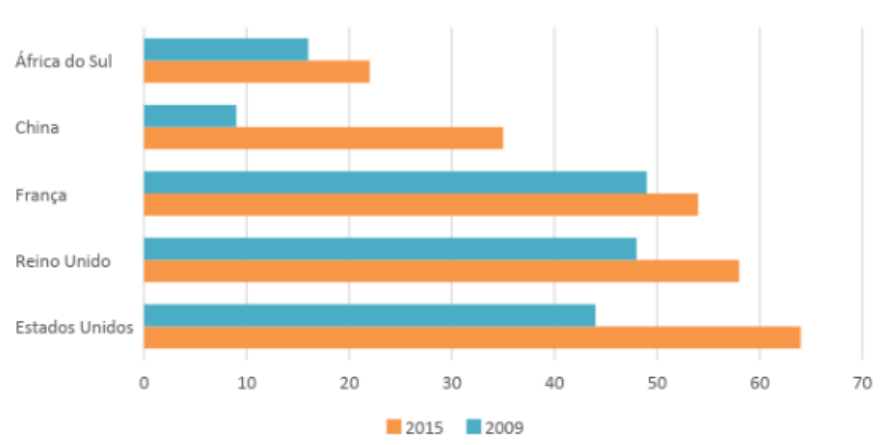
A chamada “Estratégia Total” do regime do Apartheid, que tentou se desfazer de qualquer possível força contrária ao regime, foi um período de conflitos violentos, no qual a Comissão Económica das Nações Unidas para a África estimou que 1,5 milhões de pessoas foram mortas nos países membros da SADCC entre 1980 e 1988 (Davies 1992). Além disso, o prejuízo para estas economias foi estimado em 62,45 mil milhões de dólares no período (Davies 1992). Somente a desmilitarização do país e uma mudança de discurso não são capazes de apagar a história recente do imaginário africano.

O fim do Apartheid coincidiu com o imediato período pós-Guerra Fria, marcado pelo triunfo da alternativa neoliberal, o que teve forte influência na maneira como os sul africanos passaram a se relacionar com os países vizinhos. A defesa de uma economia de mercado desregulamentada com intervenção mínima do estado, que enfatizava, entre outras coisas, a liberalização do comércio e a integração da economia global como meio eficaz para alcançar o desenvolvimento, encorajou e ditou a maneira como se deu a forte penetração económica sul africana no mercado dos seus vizinhos africanos a partir da segunda metade da década de 1990. Em uma época em que o resto do mundo se virou para o lucrativo mercado da Europa Oriental e perdia o interesse em África, as corporações sul africanas, que foram barradas por grande parte do mundo durante o Apartheid, tinham um excedente de capital disponível e estavam bem posicionadas para aproveitar as novas oportunidades de comércio e investimento que a África Austral oferecia (Daniel, Naidoo & Naidu 2004).

A África se tornou, então, um destino importante para os produtos sul-africanos e o capital da África do Sul penetrou rapidamente nessa região, através de fusões,

aquisições, joint ventures e investimentos diretos (Alden and Le Pere 2009). Neste sentido, os Relatórios Mundiais do Investimento da UNCTAD demonstram que a África do Sul é hoje um dos principais investidores em África, com um stock de IDE que continua a crescer, tendência que vem desde 1990. De acordo com o relatório de 2012, a participação dos países africanos no stock externo do IDE sul-africano aumentou de menos de 5% antes de 2000 para 22% em 2008, chegando a quase US\$ 11 mil milhões (UNCTAD 2012).

**Gráfico 1. Cinco Maiores Investidores em África por Stock de IDE, 2009 e 2015 (mil milhões de dólares)**



Fonte: UNCTAD 2016 e 2017. Elaboração própria.

Ainda, de acordo com o African Economic Outlook de 2017, o investimento sul africano permanece como fonte relevante de IDE para a África Austral, liderando projetos de raiz na região. Segundo o relatório, em 2015-16 o investimento de capital totalizou 3,6 mil milhões de dólares, canalizados para cerca de 60 projetos. Em 2014, 50% do stock de IDE sul africano no mundo estavam divididos entre a Ásia e a África. Os principais receptores foram, de acordo com o relatório, em ordem decrescente: China, Moçambique, Zimbábue, Botsuana e Namíbia, sendo todos os últimos membros da SADC (African Development Bank 2017).

Entretanto, o crescimento da presença sul africana nestes países tem levantado grandes críticas por parte de diversos líderes políticos (Alden & Le Pere 2009). Com boas relações com os países do Norte, a África do Sul passou a ser vista como “paladina do Ocidente”, como um intermediário para que os países Ocidentais pudessem acessar de



maneira mais fácil seus vizinhos africanos (Bond 2006). A NEPAD, nesse sentido, seria um importante instrumento. Nas palavras de Bond (2006),

A NEPAD forneceu apenas uma versão caseira do Consenso de Washington: O capital internacional se beneficiaria de grandes oportunidades de construção de infraestrutura no modelo de parceria público-privada, serviços estatais privatizados, ajustes estruturais contínuos, regras intensificadas de leis de propriedade internacional e vários planos setoriais da NEPAD, todos coordenados por um escritório sul-africano com funcionários neoliberais e abertos para efetuar uma vistoria económica e geopolítica (Bond 2006, p. 125).

O discurso de Renascimento Africano, ainda, que defende o papel preponderante da África do Sul como agente de desenvolvimento do comércio parcerias estratégicas teria seu foco real no que os países vizinhos têm para dar em troca aos sul africanos, nomeadamente petróleo, minerais e energia elétrica (Taylor 2003). A ortodoxia neoliberal do Programa de Crescimento, Emprego e Redistribuição (GEAR) sul africano, ainda, é considerado como insensível às realidades e necessidades do continente, o que realça que a África do Sul estaria mais interessada em dominar o continente do que a atender as suas necessidades de desenvolvimento (Alden & Le Pere 2009).

### **1.2.1. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)**

Antes de tratar especificamente da SADC, é necessário compreender um pouco a sua história. Sua origem data de 1974, quando foram criados os “Estados da Linha de Frente (FLS)”, como resposta política à África do Sul do Apartheid e ao domínio colonial na África Austral. Os membros originais eram Angola, Botswana, Moçambique, Nigéria, Tanzânia e a Zâmbia, após conquistarem suas independências. A chave para orientar a função desta organização foi, basicamente, a estratégia política e de segurança de resposta à desestabilização política do África do Sul do Apartheid, que se manteve até o final dos anos 1980. Pode-se dizer, então, que a política do Apartheid teve um impacto significativo na criação e evolução do regionalismo na África Austral (Hwang 2007).

A FLS foi sucedida pela fundação da Conferência de Cooperação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) através da Declaração de Lusaka, em 1980, com o intuito de continuar a promover a causa da libertação política nacional na região, reduzir a dependência dos países da região em relação à África do Sul e de lutar contra o regime do Apartheid. Para além disso, a SADCC tinha também como objetivo a criação de vínculos para criar uma integração regional equitativa e a ação concertada para garantir

a cooperação internacional através de uma estratégia de libertação económica (SADC 2019; Hwang 2007).

O Tratado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) surgiu como um aprimoramento da SADCC, em 1992, transformando a conferência em uma organização regional institucionalizada de projetos estruturantes para a região, com foco na integração do desenvolvimento económico regional (SADC 2019). Atualmente, a composição de países que forma o bloco é a seguinte: Angola, Botsuana, Comoros, República Democrática do Congo, Eswatini, Lesotho, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue (Mapa 3).

Dentre outros objetivos, o principal era o de alcançar uma convergência macroeconómica e promover um crescimento económico sustentável e equitativo e o desenvolvimento socioeconómico dos seus membros de modo que seja assegurado o alívio à pobreza e que melhorem a qualidade da vida das pessoas na África Austral. Alguns dos meios a serem utilizados para estes fins seriam a liberalização do comércio intra bloco e a busca por maiores níveis de investimento, tanto intra bloco quanto externos (SADC 2019).

### Mapa 3. Composição da SADC



Fonte: SADC 2019.

Apesar da sua criação em 1992, foi apenas com o fim do regime do Apartheid, em 1994, que a África do Sul se tornou membro da SADC (SADC 2019). A derrota deste regime liberou não apenas processos políticos internos à África do Sul, mas também as suas relações com os países da região. Como consequência da abertura destas relações, o capital sul africano se espalhou pela região. No começo dos anos 2000, instituições financeiras e empresas industriais e de mineração sul africanas, juntamente com algumas empresas de médio porte, afirmaram sua força dominante na região da SADC (Miller et al, 2008). Neste sentido, o Livro Branco de Política Externa sul africano afirma,

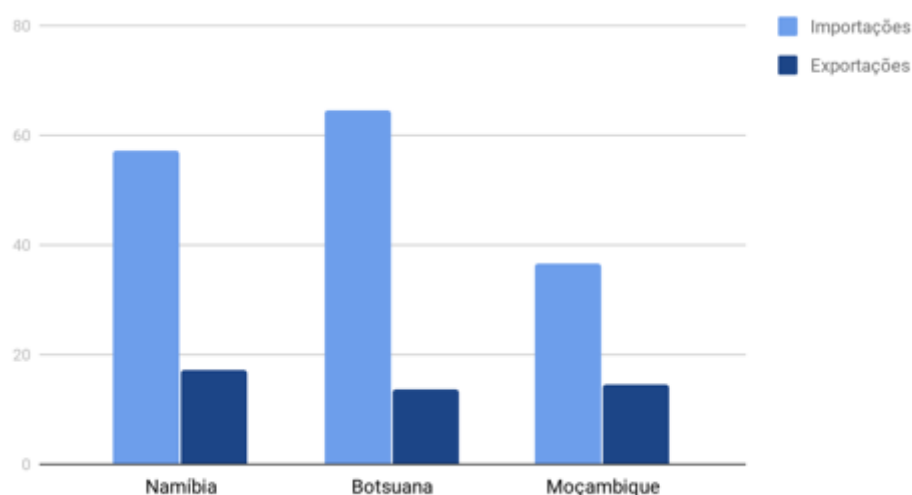
A SADC continua a ser fundamental para o desenvolvimento económico da região e para a competitividade global da África do Sul. A cooperação económica regional e a integração oferecem uma oportunidade para as indústrias regionais ultrapassarem os limites dos pequenos mercados nacionais, alcançar economias de escala e aumentarem a competitividade como uma plataforma para participar da economia global (South Africa 2011, p. 22).

A SADC exerce papel de destaque na política externa sul africana, tendo sido apontada como uma das maiores prioridades no Livro Branco (South Africa 2011). Essa priorização se encaixa dentro do discurso do Departamento de Relações Internacionais e Cooperação (DFA), que dá ênfase a integração regional, ao benefício mútuo, a autossuficiência e a soluções africanas para os problemas de África (Alden and Le Pere 2009). Em um contexto de predileção pelo multilateralismo por parte dos sul africanos, a SADC se tornou um importante instrumento para legitimar a sua liderança através de parcerias (Apollo 2015). Neste sentido, o Livro Branco defende que a “África do Sul deve, portanto, continuar a desenvolver parcerias com os principais países do continente como um mecanismo de avanço mútuo (South Africa 2011, p. 21)” e que “a África do Sul, portanto, irá promover uma agenda integrada de desenvolvimento na África Austral que [...] corrigirá os desequilíbrios das relações atuais” (South Africa 2011 p. 22).

No entanto, a questão do benefício mútuo é algo pelo que os vizinhos da África do Sul tem lutado desde o fim do Apartheid. O intercâmbio na África Austral pode ser considerado “colonial”, no sentido em que os sul africanos consideram os países vizinhos como “mercado natural” e que estes países se encontram em situação de dependência perante os sul africanos. A nova diplomacia sul africana, assim, não teria sofrido alterações para além da noção de África do Sul como potência regional, que foi alterada apenas de geopolítica para geoeconómica (Dopcke 2002).

O fato é que, apesar do discurso de desenvolvimento e integração, o processo de integração regional da SADC se deu em um contexto de grandes desequilíbrios económicos entre os estados membros. Não só a África do Sul produziu entre 71 (1995) e 50% (2015)<sup>3</sup> do PIB da África Austral no período, mas as relações comerciais com os seus vizinhos permanecem extremamente desequilibradas, com um grande superávit a favor dos sul africanos (Alden & Le Pere 2009). O Gráfico 2, abaixo, ilustra o tamanho do défice dos principais parceiros comerciais da África do Sul na região, nomeadamente Namíbia, Botsuana e Moçambique.

**Gráfico 2. Trocas comerciais com a África do Sul (2016)**



Fonte: CIA 2019. Elaboração própria.

Cardoso (1993) afirma, nesse sentido, que existem duas visões sobre o papel da África do Sul na SADC, uma que considera o seu peso excessivo dentro da organização e quer prevenir a sua dominação total e outra que considera melhor ter a África do Sul dentro do que fora da SADC, uma noção similar a que alguns países têm quando se trata da posição alemã na Comunidade Europeia. No entanto, ao longo dos anos a percepção dos países vizinhos tem se alterado, aos poucos passando de uma percepção de vulnerabilidade perante o seu poderio económico, militar e político para uma noção de geração de utilidade para o seu próprio desenvolvimento e bem estar das sociedades. Um

<sup>3</sup> Essa redução do peso é devida ao crescimento das demais economias da região, principalmente de Angola, que, de acordo com o Banco Mundial, viu seu PIB crescer de 5,54 mil milhões de US\$ em 1995 para 116,19 mil milhões de US\$ em 2015.

“hegemon benevolente” torna-se necessário para promover e solidificar uma integração que poderá vir a compensar Estados menores por suas perdas relativas (Apollo 2015).

### **1.3. Perfis Económicos**

#### ***1.3.1. África do Sul***

Tendo sua importância em África afirmada pela sua inclusão no grupo dos BRICS, em 2010, a África do Sul possui a economia mais sofisticada do continente africano, estando entre os países com maior PIB em África desde o fim do regime do Apartheid. A África do Sul é um dos maiores produtores mundiais de cromo, manganês, platina, vanádio e vermiculita e o segundo maior produtor de ouro, além de estar entre os principais exportadores mundiais de carvão. Além da grande oferta de recursos naturais e minerais, os sul africanos possuem uma considerável rede de infraestruturas e transportes e um sistema financeiro desenvolvido, com a maior bolsa de valores do continente (African Development Bank 2013). Estes fatores, somados ao fato de que o país está no centro de redes de transporte e de toda a infraestrutura herdada do período colonial (Visentini, Ribeiro & Pereira 2014) fizeram da África do Sul a economia mais forte do continente (Yongo-Bure 2015).

Os serviços financeiros e imobiliários totalizam mais de 20% do seu PIB e são acompanhados por um relevante peso do comércio e da indústria, que em 2013 rondavam os 14,5% e os 13,4%, respectivamente (African Development Bank 2013). Sua diversificação e forte economia industrial são fatores que diferenciam a África do Sul de outras potências regionais africanas, a exemplo da Nigéria, que tem a sua economia voltada para a produção de petróleo (Yongo-Bure 2015).

Apesar de não ser o único fator determinante para o desenvolvimento, a observação do PIB da região consegue demonstrar o peso económico da África do Sul perante seus vizinhos. De acordo com dados da UNCTAD Stat, entre 1995 e 2015 a África do Sul representou entre 70 e 50% do PIB da SADC (Tabela 3). Apesar de ter visto seu peso diminuir ao longo dos anos, um peso de 50% continua a ser extremamente significativo. Para além disso, ao comparar o PIB sul africano com alguns dos países mais ricos do continente, percebe-se também que o seu peso não se restringe à África Austral, mas sim a todo o continente (Tabela 4).

**Tabela 3. Peso sul africano no PIB Absoluto da região (US\$ dólares e %)**

Ano	PIB SADC (milhões de US\$)	PIB África do Sul (milhões de US\$)	Peso sulafricano no PIB da SADC (%)
1995	219 356	157 434	71
2000	214 041	138 436	64
2005	386 578	257 772	66
2010	612 112	375 348	61
2015	634 129	317 536	50

Fonte: UNCTAD Stat 2019. Elaboração própria.

**Tabela 4. PIB Absoluto (US\$ mil milhões) - comparativo com as maiores economias do continente**

Ano	África do Sul	Egito	Nigéria	Argélia	Marrocos
2000	138 436	95 684	74 591	54 667	38 901
2005	257 772	94 456	180 502	103 198	62 545
2010	375 348	214 630	369 062	161 207	93 217
2015	317 536	317 745	494 583	165 979	102 179

Fonte: UNCTAD Stat 2019. Elaboração própria.

Ao analisar os dados abaixo (Tabela 5), se percebe que também em termos de PIB per capita a África do Sul está em uma posição muito mais favorável em relação aos países da SADC e da média africana num geral. Mesmo em relação aos BRICS, em termos de PIB per capita a África do Sul parece se destacar. Está, entretanto ainda longe do ideal das economias desenvolvidas.

**Tabela 5. Tabela Comparativa do PIB per capita (US\$)**

Ano	África do Sul	SADC	África	BRICS	Economias Desenvolvidas
2000	3 027	976	805	1 007	26 586
2005	5 280	1 558	1 222	1 768	35 226
2010	7 276	2 164	1 877	3 988	40 981
2015	5 743	1 955	1 923	5 367	41 558

Fonte: UNCTAD Stat 2019. Elaboração própria.

Apesar de ser dos países mais desenvolvidos do continente, a África do Sul também enfrenta muito dos mesmos problemas que assombram o resto da África (Chazan et al 1999). Yongo-Bure (2015) defende que, para que mais sul africanos possam se beneficiar da prosperidade do país, há primeiro que se desfazer a continuação do padrão da propriedade da terra do Apartheid, que, junto a questão do desemprego, faz com que a sociedade sul africana continue a enfrentar o risco de polarizar as raças. As política de discriminação racial do período fizeram com que a população negra do país ficasse com somente 13% da terra no país, o que não tornou possível a sua subsistência agrícola e fez com que grande parte das populações se deslocassem para os centros urbanos, reforçando a pobreza que caracteriza os subúrbios destas regiões no país (Pereira 2006). Para que o desenvolvimento seja sustentável, é necessário que seja inclusivo (Yongo-Bure 2015).

O alto nível de desemprego, sobretudo jovem, a desigualdade social e os baixos salários, somados a questões públicas como o HIV, a fraca qualidade da educação, a deficiente oferta de energia elétrica e o comportamento volátil da sua economia mineira são pontos fracos que os sul africanos ainda precisam superar (Apollo 2015). Nesse sentido, há que se ter em consideração que ser o país mais desenvolvido da África Austral não torna a África do Sul um país desenvolvido em termos mundiais e que os sul africanos ainda precisam enfrentar diversos desafios internamente.

Talvez o mais importante dos desafios sul africanos esteja na redução da desigualdade social que assola o país. O coeficiente de Gini da África do Sul, que mede a desigualdade em termos de distribuição de renda, esteve em 60.7 em 1994 e viu sua condição melhorar nos anos 2000, passando para 57.8. Entretanto, em 2014 o coeficiente sul africano já havia subido para 63, indicando uma deterioração considerável na desigualdade social. Para fins de comparação vale mencionar que, para o ano de 2014, o Brasil, que também faz parte dos BRICS, teve um índice de 51.5. Moçambique, por sua vez, teve um índice de 54 e o Reino Unido, antiga metrópole colonial teve um índice de 34.

Em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a África do Sul aparece em 116 no ranking do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP) de 2015, com um valor de 0.66, sendo considerado um país com baixo IDH. Seus parceiros de BRICS, Brasil e China, aparecem em 75 e 90 lugar, respectivamente, com índices de

0.755 e 0.727. O que chama a atenção, entretanto, é países que convivem com a guerra como Líbia e o Estado da Palestina estarem melhor colocados do que os sul africanos, com um IDH de 0.724 e 0.677, respectivamente. Um estudo lançado em 2018 pelo UNDP, entretanto, demonstra que tem havido melhoria e que lentamente a África do Sul tem melhorado a condição de vida de sua população (UNDP 2018), conforme se pode verificar abaixo.

**Tabela 6. Tendências do IDH sul africano (1990-2016)**

	Expectativa de Vida no Nascimento	Anos de Escolaridade Esperados	Anos de Escolaridade Efetivos	Renda Nacional Bruta (2011 PPP\$)	Índice de Desenvolvimento Humano
1990	62,10	11,40	6,50	9.391,00	0,618
1995	61,20	13,00	8,20	8.885,00	0,649
2000	56,30	13,00	8,80	9.340,00	0,630
2005	52,60	12,90	8,90	10.590,00	0,614
2010	55,90	12,80	10,00	11.639,00	0,649
2015	62,00	13,30	10,10	12.073,00	0,692
2016	62,80	13,30	10,10	11.948,00	0,696

Fonte: UNDP 2018. Elaboração própria.

### **1.3.2. Moçambique**

Independente há menos de 50 anos, Moçambique foi assolado por uma guerra civil que durou anos e se encerrou apenas em 1992, o que fez com que, no início da década de 1990, o país tenha sido considerado como “um dos países mais desesperados da terra”, com um índice de desenvolvimento humano de 0,209 (Daniel, Naidoo & Naidu 2004). Entretanto, durante os anos 2000 os moçambicanos viram sua economia e a condição de vida da população melhorarem significativamente.

De acordo com o plano de estratégia de desenvolvimento oficial do país, Moçambique apresentou um crescimento económico médio anual do PIB de 8,1% entre os anos de 1995 e 2012, um dos maiores índices de crescimento do mundo (Moçambique 2014). Apesar disso, a sua economia entre 1995 e 2015 não chegou a representar mais do que 2,33% do PIB da SADC, o que demonstra o fraco peso do país na economia da região (Tabela 7).



**Tabela 7. Peso moçambicano no PIB Absoluto da SADC**

Ano	PIB SADC (milhões de US\$)	PIB Moçambique (milhões de US\$)	Peso moçambicano no PIB da SADC (%)
1995	219 356	2 522	1,14
2000	214 041	5 016	2,33
2005	386 578	7 724	1,99
2010	612 112	10 154	1,65
2015	634 129	14 798	2,33

Fonte: UNCTAD Stat 2019 e World Bank 2019a. Elaboração própria.

Moçambique possui uma localização estratégica, sendo porta de entrada na região e condicionando o acesso ao mar de muitos dos países da SADC, além de possuir um enorme potencial de carvão, gás natural e hidroeletricidade. Entretanto, não tem capacidade para explorar estes recursos de maneira eficiente. Por isso, como condição básica para o seu desenvolvimento, Moçambique tem apostado fortemente em grandes projetos de construção na indústria extrativa, de energia e de transportes. Tem-se focado, assim, nos três principais corredores logísticos do país, de Maputo, Beira e Nacala, que são considerados estratégicos não só para as exportações de carvão, mas para o desenvolvimento de outros setores da economia nacional (Castel-Branco 2002).

Em termos de diversificação económica, uma análise feita no documento de estratégia de desenvolvimento oficial de moçambique com dados do Instituto Nacional de Estatística moçambicano, mostra que a agricultura é o setor que mais tem contribuído para o PIB do país, tendo tido uma participação média de 23,3% entre 2003 e 2012. A indústria transformadora vem em seguida, tendo contribuído 13,5%, seguida por comércio, com 10,9% e serviços de transporte e comunicações, que contribuíram com 10,5% (Moçambique 2014).

Apesar do desempenho económico positivo do país, Moçambique enfrenta sérios desafios. De acordo com dados do Banco Mundial, apesar de o seu coeficiente de Gini ser ligeiramente melhor do que países como a África do Sul, em 2014, tendo alcançado 54, o seu índice tem deterioração ao longo dos anos. Moçambique, por sua vez, que em 1996 tinha um coeficiente de 53,6, no ano de 2002 chegou a alcançar 47. Em termos de PIB per capita, se os sul africanos ainda estão longe do ideal para alcançar o

desenvolvimento, Moçambique está ainda atrás. Como se demonstra na tabela 8 (abaixo), o seu PIB per capita está muito abaixo do que a média tanto do continente em geral, como da SADC.

**Tabela 8. Tabela Comparativa do PIB per capita (US\$)**

Ano	Moçambique	SADC	África	Economias Desenvolvidas
2000	278	976	805	26 586
2005	369	1 558	1 222	35 226
2010	419	2 164	1 877	40 981
2015	528	1 955	1 923	41 558

Fonte: UNCTAD Stat 2019 e World Bank 2019a. Elaboração própria.

Em termos de desenvolvimento humano, Moçambique aparece em 180 lugar no índice do UNDP referente a 2014, com um IDH de 0,416, estando entre os 10 países com pior índice do mundo. De acordo com o plano de desenvolvimento moçambicano de 2013, cerca de 10 milhões de moçambicanos viviam em situação de pobreza, com problemas de insegurança alimentar, baixos rendimentos e um altíssimo nível de desemprego (Moçambique 2014). Apesar das taxas de crescimento impressionantes demonstradas pelo país e, como demonstrado na tabela 9 (abaixo), da significativa melhoria em termos de IDH ao longo dos anos, Moçambique continua a ser um dos países menos desenvolvidos do mundo, com uma taxa de alfabetização dos adultos de menos de 60% (Lalbahadur & Otto 2013), e uma média de anos de escolaridade de apenas 3,5.

**Tabela 9. Tendências do IDH moçambicano (1990 - 2017)**

	Expectativa de Vida no Nascimento	Anos de Escolaridade Esperados	Anos de Escolaridade Efetivos	Renda Nacional Bruta (2011 PPP\$)	Índice de Desenvolvimento Humano
1990	42,90	3,70	0,80	366,00	0,209
1995	45,50	3,90	1,50	360,00	0,229
2000	48,30	5,80	2,20	544,00	0,298
2005	51,40	8,00	2,90	709,00	0,357
2010	54,70	9,60	3,20	887,00	0,403
2015	57,70	9,70	3,50	1.094,00	0,432
2016	58,30	9,70	3,50	1.098,00	0,435

Fonte: UNDP, 2018. Elaboração própria.

A análise da situação económica de Moçambique torna evidente a necessidade de uma tomada de ação imediata e mais eficiente. Nesse sentido, há que se ter em consideração o peso considerável que exercem os doadores internacionais na tomada de decisão moçambicana. Com recursos limitados, Moçambique depende extremamente do apoio de doadores, que variou entre 70% do PIB em 1992 e 39% em 2012. O envolvimento do FMI e do Banco Mundial na formulação do plano de Ação para Redução da Pobreza em Moçambique é reflexo da redução da autonomia moçambicana na determinação da sua política interna. Uma das maneiras que o governo moçambicano encontrou para aumentar a sua capacidade de autodeterminação tem sido o envolvimento regional direcionado, que busca impulsionar a sua independência económica (Lalbahadur & Otto 2013). Nesse sentido, Lalbahadur e Otto (2013), defendem que

Um envolvimento regional mais profundo tem o potencial de ser expresso através de uma maior integração de serviços sociais, como a saúde e a educação - particularmente em comunidades de base ao longo das fronteiras porosas de Moçambique. Iniciativas transfronteiriças dessa natureza exigem um aprofundamento das relações entre as administrações governamentais além do nível presidencial e podem melhorar a interconexão entre os países, contribuindo para a estabilidade regional (Lalbahadur & Otto 2013 p. 20).

#### **1.4. Considerações finais**

A análise dos perfis económicos, do histórico de relações prévio a 1994 e da política externa sul africana nos permite compreender melhor o contexto em que se inserem as relações entre Moçambique e África do Sul. A partir delas, pode-se afirmar que as relações entre os dois países são em grande parte definidas pela grande diferença nos níveis de desenvolvimento entre eles, pela história recente de guerra civil e desestabilização económica em Moçambique e pelo alto nível de dependência existentes da economia moçambicana perante a África do Sul, que como já visto iniciou-se durante o período colonial português.

A África do Sul, que durante o Apartheid contribuiu para a deterioração da economia e infraestrutura moçambicanas, através do seu apoio a Renamo, após 1994 passou a buscar se posicionar como uma alternativa regional de ajuda a reconstrução da economia de Moçambique. Tornou-se, a partir daí, um dos principais parceiros comerciais e de investimentos do país.

A partir da noção de que o país não é capaz de se desenvolver estando cercado por um mar de pobreza, a África do Sul passou a se reconhecer como parte integrante da

realidade de subdesenvolvimento do continente africano e a entender que o seu interesse nacional de desenvolvimento está diretamente ligado a prosperidade dos países vizinhos. Passou, então, a intensificar a sua política de pan africanismo e a reforçar uma ideia de Renascimento Africano.

Entretanto, a análise do perfil económico sul africano demonstra que apesar de a África do Sul poder ser caracterizada como uma potência regional, tendo um grande peso económico e político dentro da SADC, o país ainda possui um longo percurso a traçar no processo de desenvolvimento. Problemas como o alto nível de desemprego, a desigualdade social, a deficiente oferta energética e as questões públicas como o HIV ainda tem um peso importante na tomada de decisão do país tanto em termos de políticas internas quanto em termos de políticas externas.

## **Capítulo 2. As Relações Comerciais Bilaterais e seus Efeitos na Economia Moçambicana**

Apesar de não definir sozinho o caráter das relações económicas bilaterais, o comércio pode ser um reflexo importante da situação económica dos países e ter um impacto significativo nas suas economias nacionais. Por isso, para efeito da presente pesquisa, uma análise das trocas comerciais entre Moçambique e África do Sul torna-se indispensável.

O estabelecimento de missões comerciais entre os dois países, em 1992, pode ser considerado reflexo do início da melhoria nas suas relações bilaterais. A partir daí, alguns acordos com impacto no comércio foram desenvolvidos, a exemplo dos seguintes:

- Estabelecimento de uma Comissão Conjunta Permanente de Cooperação (1994)
- Acordo sobre o Desenvolvimento Agrícola (1996)
- Acordo sobre o Transporte de Mercadorias (1996)
- Acordos bilaterais sobre o Transporte de Mercadorias por Estrada entre os Países (1997)
- Acordo relativo ao Gás Natural (2001)
- Acordo Relativo à Assistência Mútua entre as Administrações Aduaneiras (2002)
- Memorando de Entendimento em Cooperação Económica (2005) (Pereira 2006).

Apesar da importância destes entendimentos bilaterais, é o protocolo sobre trocas comerciais da SADC que parece exercer maior influência nas relações comerciais não só entre Moçambique e África do Sul, mas entre todos os países do bloco. Este protocolo foi assinado, no Lesoto, em 1996 e ratificado por Moçambique em 1999. O seu objetivo principal é liberalizar o comércio entre os países membros, aumentando a produção de acordo com as vantagens comparativas de cada um, além de incrementar o desenvolvimento económico, a diversificação e a industrialização da região (Moçambique 2017).

De acordo com o Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique, o país se beneficia deste protocolo em termos de atracção de investimentos diretos, livre circulação de bens (isenção de tarifas), acesso ao mercado regional, diversificação de produtos e redução de preços, aumento das oportunidades de emprego e redução dos

custos da atividade comercial e industrial (Moçambique 2017). Há controvérsias, no entanto, se no contexto das relações comerciais bilaterais entre Moçambique e África do Sul os efeitos são de fato tão positivos para os moçambicanos.

## 2.1. Situação das Balanças Comerciais

Antes de se tratar de fato destas relações comerciais, é necessário conhecer a situação das balanças comerciais dos dois países. Ao se realizar uma análise da balança comercial moçambicana (Tabela 10), de imediato viu-se que ao longo do período 1994-2018 o saldo, com suas variações anuais, permaneceu sempre negativo. As exportações moçambicanas entre 1994 e 2014 subiram de forma expressiva, de 163,8 milhões de US\$ para 3.916,4 milhões de US\$ em 2014, mas apesar disso seu saldo comercial se manteve negativo, visto que as importações cresceram também significativamente de 916,7 milhões de US\$ para 6.168,7 em 2014. Vale notar, entretanto, que o coeficiente de cobertura das importações com as exportações aumentou significativamente no período, tendo subido de 17,86% para 49,25% e chegando a 84,22% em 2018.

**Tabela 10. Balança Comercial de Moçambique (milhões de USD)**

	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2018
<b>Coeficientes de Cobertura</b>	<b>17,86%</b>	<b>33,25%</b>	<b>54,84%</b>	<b>77,83%</b>	<b>66,43%</b>	<b>49,25%</b>	<b>84,22%</b>
<b>Saldo Balança Comercial</b>	<b>-752,8</b>	<b>-490,9</b>	<b>-666,6</b>	<b>-497,1</b>	<b>-1179,2</b>	<b>-4035,3</b>	<b>-973,1</b>
<b>Exportações</b>	163,8	244,6	809,8	1745,3	2333,3	3916,4	5195,6
<b>Importações</b>	916,7	735,5	1476,5	2242,3	3512,4	7951,7	6168,7

Fonte: Banco de Moçambique. Elaboração própria.

Uma análise mais aprofundada dos seus fluxos de comércio demonstra também o grande peso dos Grandes Projetos na economia do país. De acordo com Pereira (2006), antes da sua implementação, ainda na década de 1990, os principais produtos de exportação de Moçambique eram o camarão, a castanha de caju e o algodão - leia-se produtos com baixo valor acrescentado e com pouco peso internacional. Entretanto, após a conclusão da segunda fase da MOZAL e da SASOL<sup>4</sup>, em 2003, o país passou a exportar mais artigos da indústria transformadora, com maior valor acrescentado, totalizando 30,74% do total em 2014.

<sup>4</sup> Que serão melhor abordadas no Capítulo 3 do trabalho.

As tabelas 11 e 12 (abaixo) demonstram que em 2014 os grandes projetos foram responsáveis por quase 62% das exportações do país. As importações também foram afectadas por estes projetos, mas de maneiras diferentes durante o período (1994-2015), visto que num primeiro momento aumentaram a importação por equipamentos e materiais de construção e, em um segundo momento, tem importado mais matérias-primas (Pereira 2006), o que se reflete num peso reduzido de 18,7% dos grandes projetos nas importações do país em 2014.

**Tabela 11. Exportações por tipo de produto (%)**

Ano	Total (US\$)	Produtos Agrícolas	Indústria transformadora	Indústria Extrativa	Outras Mercadorias	Energia elétrica	Grandes Projetos	Excluindo Grandes Projetos
2014	3916,4	11,87%	30,74%	28,44%	7,68%	8,71%	61,93%	38,7%
2018	5195,6	5,81%	29,86%	46,61%	2,48%	7,42%	75,32%	24,68%

Fonte: Banco de Moçambique 2019. Elaboração própria.

**Tabela 12. Importação por tipo de produto (%)**

Ano	Total (US\$)	Bens de Consumo	Bens Intermédios	Bens de Capital	Grandes Projetos	Excluindo Grandes Projetos
2014	7951,7	22,10%	38,44%	22,18%	18,70%	81,30%
2018	6168,7	23,27%	37,23%	17,57%	20,70%	79,30%

Fonte: Banco de Moçambique 2019. Elaboração própria.

Por sua vez, uma análise dos dados da balança comercial sul africana demonstra que, apesar dos bons resultados em 2017, o país também tem frequentes déficits nas suas trocas com o resto do mundo (Tabela 13). Seu coeficiente de cobertura, entretanto, é muito mais positivo do que o de Moçambique. Durante o período estudado o coeficiente não baixou dos 73%, percentagem alcançada por Moçambique apenas em 2006 e 2018.

**Tabela 13. Importações e Exportações Sul Africanas (milhões de US\$)**

	1994	1998	2002	2006	2010	2014	2017
<b>Coeficientes de Cobertura</b>	<b>121,37%</b>	<b>73,56%</b>	<b>87,96%</b>	<b>76,82%</b>	<b>99,43%</b>	<b>92,78%</b>	<b>106,30</b>
<b>Saldo Balança Comercial</b>	4.511,95	-7.038,01	-3.156,22	-15.867,36	-469,13	-7.204,94	5.237,20
<b>Exportações</b>	25.621,49	19.586,01	23.064,42	52.601,75	82.630,65	92.589,50	88.267,95
<b>Importações</b>	21.109,54	26.624,03	26.220,64	68.469,12	83.099,78	99.794,45	83.030,75

Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

Nas relações com seus vizinhos subsaarianos e com Moçambique, o cenário altera-se. O saldo das trocas comerciais com estes países foi sempre positivo durante o período estudado, demonstrando uma clara disparidade nas relações (Tabela 14). Nesse sentido, aspectos como a proximidade, o nível de desenvolvimento da África do Sul, sua posição dominante na SADC explicam o fato de a África do Sul ser importante fornecedor não só de Moçambique, mas de toda a região da África Austral (Pereira 2006).

**Tabela 14. Importações e Exportações Sul Africanas (milhões de US\$)**

Parceiro	Ano	Balança de Comércio	Exportações	Importações
Moçambique	1994	362,53	388,34	25,80
África Subsaariana	1994	1.732,12	2.310,91	578,79
Mundo	1994	4.511,95	25.621,49	21.109,54
Moçambique	2014	1.946,34	2.995,93	1.049,25
África Subsaariana	2014	13.903,84	27.069,01	13.165,16
Mundo	2014	-7.204,94	92.589,50	99.794,45

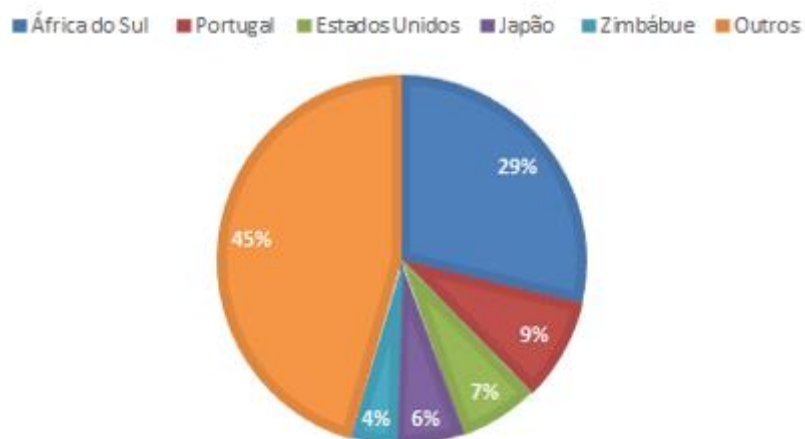
Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

## 2.2. Principais Parceiros Comerciais

Em termos de parceiros económicos, a África Subsaariana representou, no período, um importante parceiro comercial para os moçambicanos. No que diz respeito às importações, representou aproximadamente 29% em 1995, 41% em 2005 e 30% em 2015, como se pode ver abaixo nos gráficos 4, 5 e 6, respectivamente.

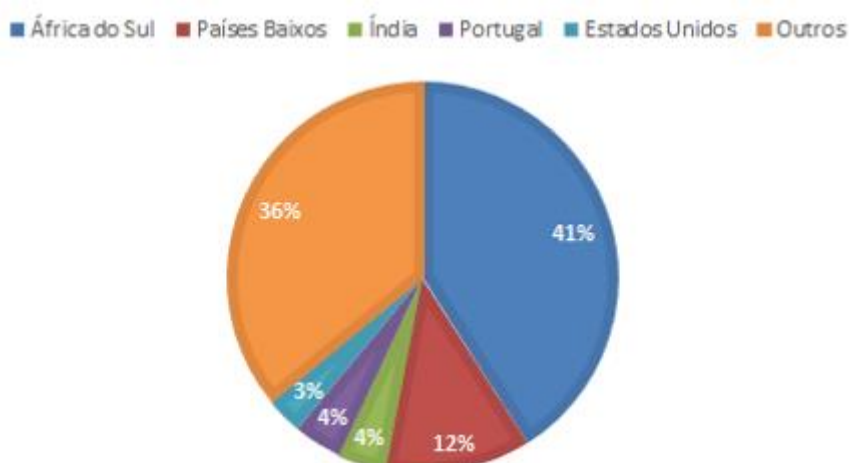


**Gráfico 4. Cinco maiores parceiros de importação de Moçambique em 1995 (%)**



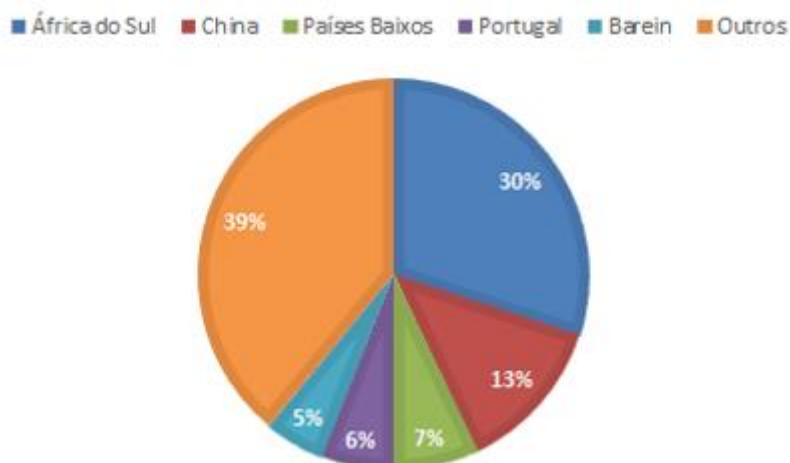
Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria

**Gráfico 5. Cinco maiores parceiros de importação de Moçambique em 2005 (%)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria

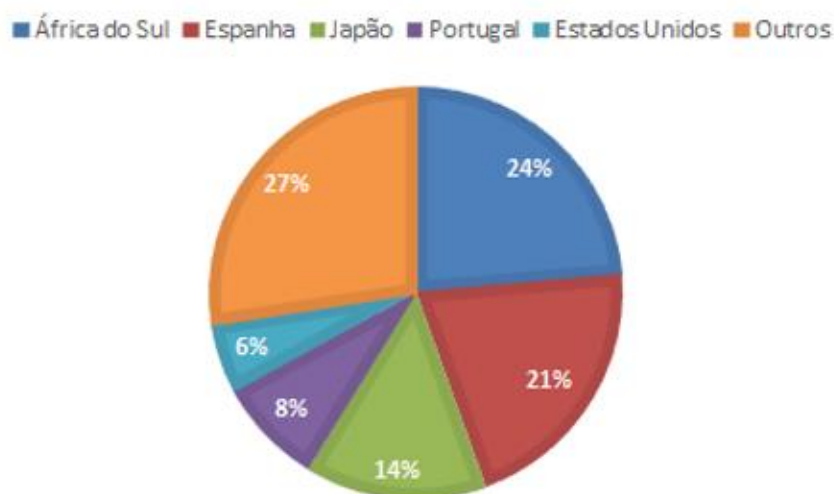
**Gráfico 6. Cinco maiores parceiros de importação de Moçambique em 2015 (%)**



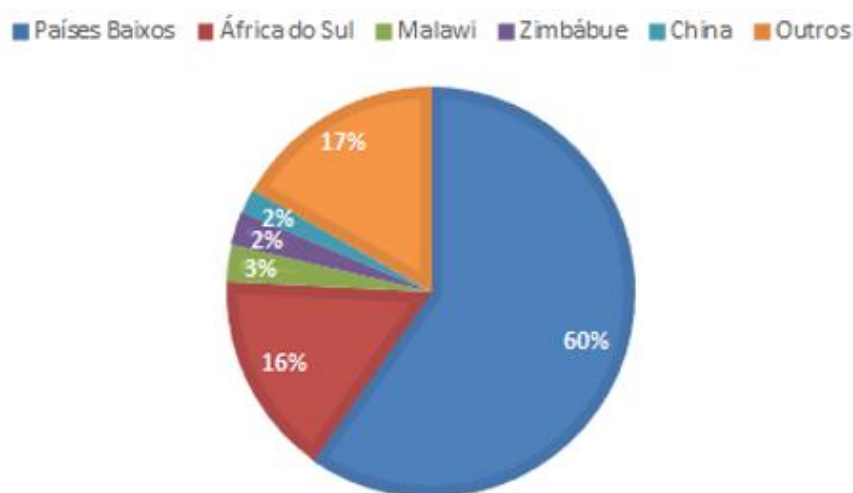
Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria

Em termos de exportações, representou aproximadamente 24% em 1995, 16% em 2005 e 18% 2015, como se pode ver abaixo, nos gráficos 7, 8 e 9, respectivamente. Há que se notar, entretanto, que a África do Sul figura de longe como principal parceiro comercial do país, tanto em termos de importação quanto de exportações, estando inclusive à frente de Portugal, antiga Metrópole do período colonial que, apesar da independência, continua a manter significativos laços com o país até os dias atuais.

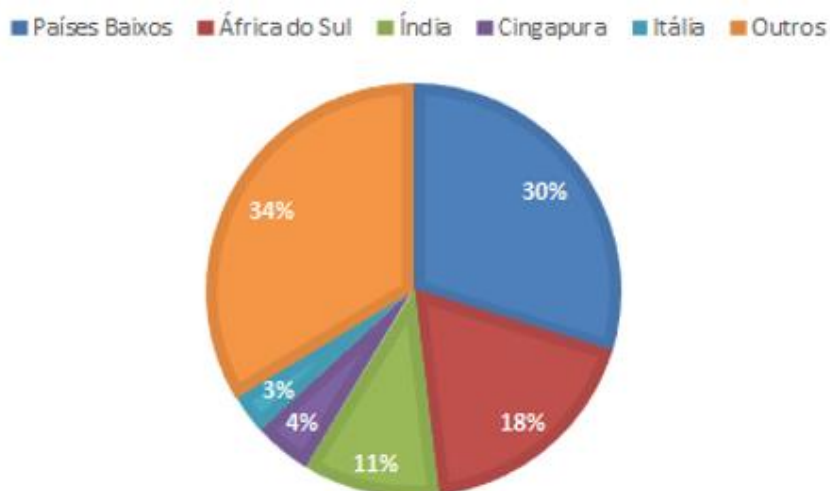
**Gráfico 7. Cinco maiores parceiros de exportação de Moçambique em 1995 (%)**



**Gráfico 8. Cinco maiores parceiros de exportação de Moçambique em 2005 (%)**



**Gráfico 9. Cinco maiores parceiros de exportação de Moçambique em 2015 (%)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria

Os vizinhos regionais representam um importante mercado também para a África do Sul, que possui excedentes substanciais com a maioria dos seus parceiros da SADC. Shaw (2001) defende, neste sentido, que os ajustes estruturais impostos pelo FMI e pelo Banco Mundial na década de 1990 causaram uma desindustrialização maciça dos países da região e removeram as barreiras comerciais, expondo empresas nacionais que antes eram protegidas da concorrência internacional, situação da qual a África do Sul pode se beneficiar. Com o colapso de diversas indústrias nacionais, produtos sul africanos preencheram o vácuo de oferta (Shaw 2001). Nesse sentido, há de se notar também que muitos dos produtos importados são para suprir a necessidade que as próprias empresas sul africanas que investem nestes países precisam e não encontram em território nacional (Grobbelaar 2004).

Ainda, de acordo com Dopcke (2002), entre 1992 (fim da guerra civil moçambicana) e 1994 (fim do governo do Apartheid) as exportações sul-africanas para Moçambique subiram em 42%, fazendo do país o segundo mais importante parceiro comercial na África, fora da SACU. Neste sentido, o autor afirma que empresas sul africanas ganharam neste período uma parcela significativa da assistência financeira internacional para ajudar a reconstrução do país vizinho após a guerra civil, aproveitando-se dos efeitos das destruições causadas em parte pela RENAMO, a qual teve o apoio sul africano durante os anos da política de desestabilização (Dopcke 2002).

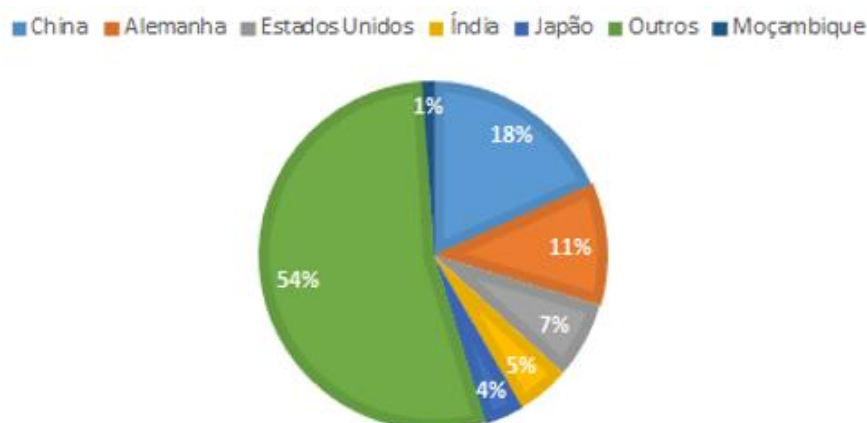
Entretanto, uma análise dos principais parceiros sul africanos demonstra que, apesar de o país ser um dos principais parceiros de Moçambique tanto em termos de importações quanto de exportações, o contrário não se verifica. Apesar de as relações comerciais com Moçambique terem totalizado 16,56% em 1995, 14% em 2005 e 10% em 2015 do total das trocas com a África Subsaariana, o que demonstra a importância destas relações no contexto regional, Moçambique possui um peso pouco expressivo nas relações comerciais globais da África do Sul, como se pode ver nos gráficos de importações sul africanas, nos quais Moçambique aparece com menos de 1% em 1995 e com pouco mais de 1% em 2015 (Gráficos 10 e 11, abaixo).

**Gráfico 10. Principais Parceiros de Importação da África do Sul em 1995 (%)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

**Gráfico 11. Principais Parceiros de Importação da África do Sul em 2015 (%)**

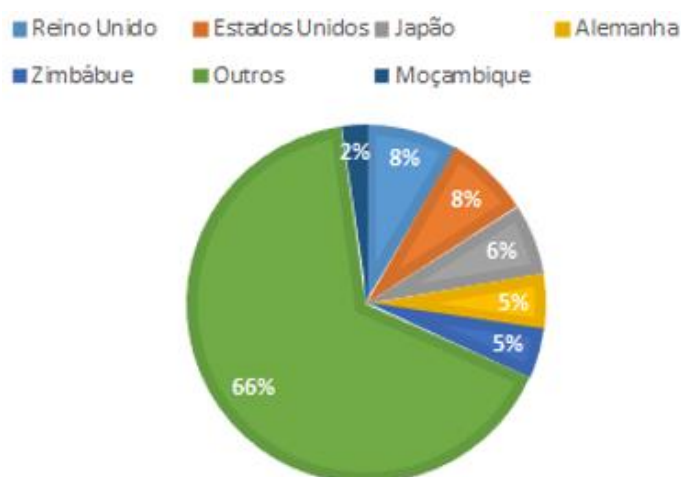


Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

Em termos de exportações, por sua vez, Moçambique representou 2% em 1995 e 3% em 2015 (gráficos 12 e 13, abaixo). Desse modo, enquanto em 2015 a África do Sul representou 30% das importações e 18% das exportações moçambicanas, Moçambique pouco mais de 1% das importações e das exportações sul africanas (gráfico 13), o que demonstra a forte relação de dependência que moçambique possui em relação aos sul africanos.

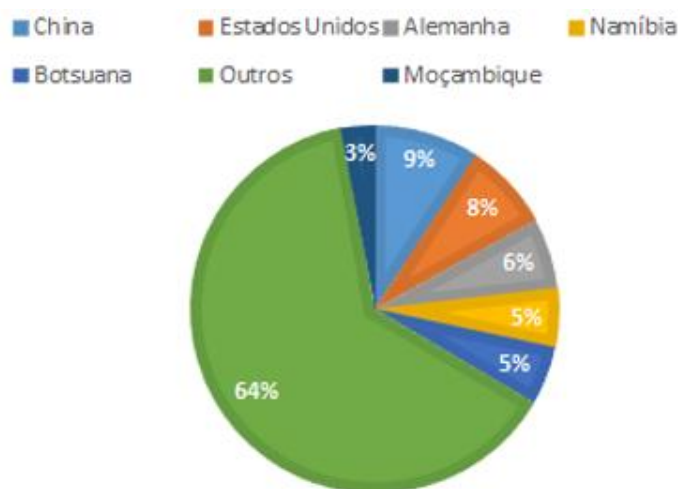
O expressivo e recorrente superávit a favor da África do Sul tem sido um ponto persistente de crítica das relações e de discussão sobre a agenda económica bilateral. O aumento dos fluxos comerciais entre os dois países é extremamente significativo e aumentou cerca de 9x entre 1994 e 2009, sendo que cresceu apenas 4,3 vezes durante o mesmo período em relação ao resto do mundo (UNCTAD 2012).

**Gráfico 12. Principais Parceiros de Exportação da África do Sul em 1995 (%)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

**Gráfico 13. Principais Parceiros de Exportação da África do Sul em 2015 (%)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

Sobre o grande superávit da África do Sul nas relações comerciais com os seus vizinhos africanos, Dopcke (2002) defende que ele não é resultado exclusivamente das forças do mercado e nem somente da abertura do mercado e liberalização do regime comercial por parte destes países devido pressões do FMI e do Banco Mundial já na década de 90. Seria também, em parte, resultado de uma política económica regional da África do Sul, que ao passo que incentiva e promove a exportação (através do *General Export Incentive Scheme*), se utiliza de diversos elementos de proteção ao mercado nacional (Dopcke 2002). Bond (2006) defende, neste sentido, que Pretória foi e tem sido muito defensiva e protetora nas relações comerciais, o que afeta profundamente as outras economias da região.

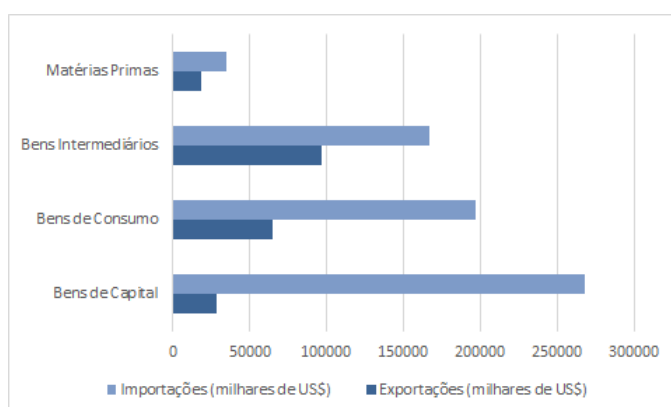
### **2.3. Tipos de Produtos Transacionados**

Uma análise do tipo de produtos transacionados também demonstra pontos importantes para compreender as relações comerciais entre os dois países. Moçambique importou, no período, principalmente maquinaria, equipamentos de transporte, eletricidade e carvão dos sul africanos. A grande quantidade de bens de investimento importados pelo país representa o esforço da implementação dos antes referidos grandes projetos, que foram implementados durante o período estudado (Pereira 2006). Estes mega projetos foram grandes responsáveis pelo significativo aumento de importação de energia elétrica por parte que Moçambique. De acordo com Castel-Branco (2002),

Embora as exportações de energia representem uma pequena proporção das exportações sul-africanas para Moçambique, o comércio de energia é crucial dentro da estratégia de expansão do capitalismo sul-africano. Por um lado, a ESKOM controla o fornecimento de eletricidade à Mozal, que consome mais energia do que o resto de Moçambique. Por outro lado, a Mozal permitiu uma ligação dinâmica e estrutural entre as redes de electricidade da África do Sul, Moçambique e Suazilândia através da Motraco, uma empresa de joint venture que fornece energia sul-africana à Mozal. Além disso, os 2.500 Gwh de energia que a ESKOM está a exportar para Moçambique são um ponto de entrada para um maior envolvimento sul-africano no sector energético em Moçambique, reforçando a sua posição de “grande parceiro” neste sector (Castel-Branco 2002, p. 9-10)

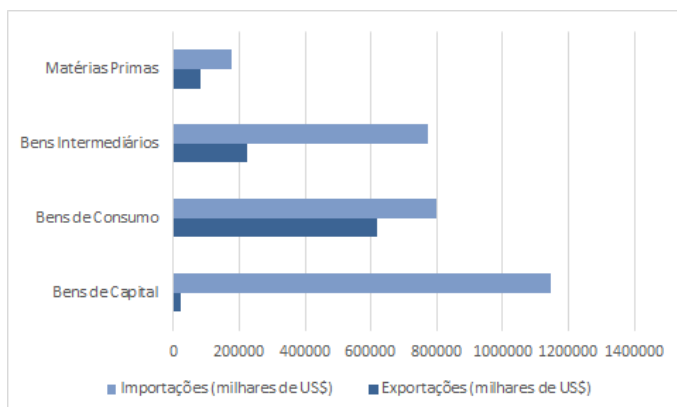
Os produtos exportados por Moçambique para a África do Sul, por sua vez, são em sua maioria pertencentes ao sector primário não processado, com a excepção do alumínio, que passou a ser o principal produto exportado após o início das atividades da Mozal no país (Pereira 2006). Alguns produtos incluem energia, camarão, algodão e resíduos da indústria alimentar, de acordo com a base de dados do Banco Mundial. Os gráficos 14 e 15 abaixo demonstram que entre 2004 e 2014 houve algumas alterações na estrutura e nos valores de importações e exportações moçambicanas para a África do Sul, mas de uma forma geral a estrutura se mantém. O que vale a pena mencionar em relação a estes dados é o aumento da exportação de bens de consumo por parte de Moçambique, que foi acompanhado pela redução da exportação dos bens intermediários. Em termos de exportação, os bens de capital continuam a liderar.

**Gráfico 14. Importações/Exportações de produtos sul africanos por Moçambique (2004)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

**Gráfico 15. Importações/Exportações de produtos sul africanos por Moçambique (2014)**



Fonte: World Bank 2019b. Elaboração própria.

## 2.4. Considerações Finais

Sobre as relações comerciais bilaterais, Castel-Branco (2002) afirma que estes fluxos de comércio refletem as forças dinâmicas que moldam as ligações económicas entre Moçambique e a África do Sul, nomeadamente o domínio regional da economia sul-africana; o papel do complexo mineral-energético e a debilidade da economia moçambicana” (Castel-Branco 2002, p. 9). Neste sentido, Bond (2006) insere estas trocas desiguais da África do Sul com seus vizinhos africanos em uma realidade global que faz delas mais uma via para a extração de superlucros da África, podendo ser caracterizada como exploratória.

Como já mencionado no capítulo anterior, o alto índice de dependência das exportações sul africanas não é algo particular de Moçambique, mas é uma relação geral na África Subsaariana. Em 2016, por exemplo, Botsuana teve um déficit de 3,30 mil milhões de dólares, ao passo que a Namíbia totalizou US\$ 3,11 mil milhões, a Zâmbia US\$ 2,21 mil milhões, o Zimbábue US\$ 1,61 mil milhões e Moçambique US\$ 1,57 mil milhões. Neste ano, o único país que não se encontrou em déficit comercial com os sul africanos foi Angola, que teve um superávit de US\$ 0,71 mil milhões (UNCTAD 2017).

O rápido crescimento do comércio bilateral com os países da região suscita temores de uma “sul africanização” das economias (Bond 2006). Benjamin Mka, presidente da Tanzânia, no lançamento do Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Nacional da SADC (R1SDP), em 2002, exortou os sul africanos a assumirem maior responsabilidade na correção das disparidades comerciais com seus vizinhos,



sugerindo o aumento no investimento da industrialização da região como meio responsável de abordar a enorme assimetria de poder económico na região (Grobbelaar 2009).

Além da questão acima, alguns críticos do formato das relações comerciais bilaterais entre África do Sul e Moçambique defendem que as mesmas, somadas ao investimento sul africano em Moçambique, não conduziram a uma erosão significativa dos laços tradicionais com a Europa, embora os produtos europeus tenham vindo cada vez mais a fluir para os países africanos através de retalhistas sul africanos. Esta tendência tem vindo a criar tensões na África Subsaariana, principalmente entre os países da SADC, já que alguns dos países venhem cada vez mais a África do Sul como uma entrada fácil para os produtos da União Europeia, que estão despejados por empresas sul africanas nos países da região (Grobbelaar 2009). Ainda neste sentido, critica-se também o fato de o aumento do comércio bilateral não ter se traduzido em ligações significativas com as economias domésticas de maneira em que em alguns casos o domínio das exportações regionais da África do Sul levou não apenas a dominação das empresas nacionais, mas também colocou a capacidade de produção nacional sob pressão (Alden and Le Pere 2009).

Existe, de fato, uma relação de forte dependência dos moçambicanos com a África do Sul, porém há que se ter em consideração alguns aspectos importantes. Primeiramente, estas relações se inserem em um contexto em que a posição, passada e atual, do continente é dependência na economia internacional, e que na maioria dos casos os capitais estrangeiros mais substanciais possuem consideráveis vantagens em relação aos nacionais, representando diversas vezes uma ameaça. Apesar de a África do Sul também sofrer com isso em termos globais, no contexto das suas relações bilaterais com Moçambique os sul africanos representam o capital estrangeiro mais forte e com produtos de maior valor agregado (Henry 2000).

Neste sentido, ao analisar relações comerciais ao redor do mundo, percebe-se que é recorrente que os “gigantes económicos” de cada região, como é o caso da África do Sul em África, tenham um impacto significativo nas economias menores, mas que o contrário não se verifique. Um exemplo ilustrativo disto são as relações comerciais entre Portugal e Alemanha no contexto europeu, nas quais os alemães representam 11% das exportações e 13% das importações portuguesas, quando os portugueses representam

apenas 0,73% das exportações e 0,61% das importações alemãs em 2016. Ainda, um relatório da UNCTAD (2012) indica que, apesar as exportações moçambicanas para a África do Sul ainda sejam baseadas em recursos naturais, há indícios de que os bens industriais estão se tornando cada vez mais importantes. Desse modo, no médio prazo, a proximidade de Moçambique com o coração industrial da África do Sul deve claramente gerar oportunidades para as empresas locais integrarem as cadeias de fornecimento de grandes empresas e aglomerados industriais sul-africanos (UNCTAD 2012).

Por fim, deve se ter também em consideração que estas relações comerciais estão inseridas em um contexto em que Moçambique é um importador líquido de bens, tendo déficit com diversos parceiros comerciais. De acordo com dados da UN COMTRADE, dos principais parceiros comerciais moçambicanos em 2016, apenas os Países Baixos têm déficit comercial, totalizando 575 milhões de dólares. Os demais, China (275 milhões de dólares), a Índia (350 milhões de dólares), Singapura (285 milhões), Emirados Árabes Unidos (360 milhões), Portugal (272 milhões), todos têm superávit. A posição desfavorável em termos comerciais, então, não se limita às relações com a África do Sul, mas pode ser considerada uma situação crónica na economia moçambicana.

## Capítulo 3. A Importância do Investimento Externo Direto nas Relações Bilaterais entre Moçambique e África do Sul

### 3. 1. O Investimento Externo Direto Sul Africano na África Austral

O fim do regime do Apartheid na África do Sul representou o encerramento das sanções internacionais e das restrições que impediam qualquer atividade corporativa sul africana nos demais países da África (Alden and Le Pere 2009). Esta situação fez com que o IDE da África do Sul aumentasse 7,9 vezes entre 1994 e 2009 no continente (NISHIURA, 2009). Esta situação, somada com a liberalização dos controles comerciais e cambiais que se seguiu no país e fez por aumentar a concorrência no mercado local (Grobbelaar 2009), incentivou as corporações transnacionais sul africanas a investirem extensivamente nos seus vizinhos africanos, especialmente nas indústrias de mineração, serviços financeiros, construção, manufatura, telecomunicações e lazer (Alden and Le Pere 2009). De acordo com Nishiura (2009), das 100 maiores empresas baseadas em ativos na África do Sul em 2004, 71 possuíam IDE em África.

**Tabela 15. Volume de IDE sul africano em África entre 2000-2015 (milhões de Rands)**

Ano	Botsuana	Lesoto	Suazilândia	Namíbia	Zimbábue	Ilhas Maurício	Mozambique	Nigéria	Outros	Total
2015	20.235,0	2.866,0	4.977,0	19.453,0	21.066,0	155.039,0	29.165,0	18.838,0	76.030,0	347.669,0
2014	15.620,0	2.441,0	4.375,0	14.958,0	16.929,0	133.926,0	26.369,0	14.828,0	68.809,0	298.255,0
2013	11.068,0	1.853,0	2.954,0	14.074,0	7.452,0	96.972,0	21.284,0	21.472,0	55.163,0	232.292,0
2012	9.460,0	1.615,0	3.998,0	9.517,0	7.700,0	90.299,0	18.493,0	18.457,0	40.868,0	200.407,0
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	2.869,0	417,0	2.691,0	1.335,0	5.677,0	53.389,0	7.681,0	1.399,0	46.304,0	121.762,0
2009	2.665,0	307,0	1.756,0	699,0	2.749,0	49.312,0	6.400,0	567,0	51.232,0	115.687,0
2008	1.538,00	176,00	1.164,00	513,00	690,00	44.039,00	7.779,00	754,00	44.239,00	100.892,00
2007	936,0	211,0	840,0	726,0	1.036,0	33.122,0	5.717,0	31.659,0	10.131,0	84.378,0
2006	859,0	239,0	810,0	872,0	1.253,0	22.893,0	5.331,0	9.962,0	16.899,0	59.118,0
2005	572,0	227,0	423,0	834,0	671,0	3.440,0	4.584,0	4.989,0	3.343,0	19.083,0
2004	619,0	256,0	841,0	840,0	645,0	8.116,0	4.396,0	5.099,0	2.789,0	23.601,0
2003	591,0	204,0	937,0	1.151,0	420,0	4.109,0	5.071,0	1,0	3.353,0	15.837,0
2002	307,0	162,0	232,0	1.095,0	603,0	2.649,0	6.896,0	1,0	1.395,0	13.340,0
2001	308,0	256,0	116,0	2.889,0	587,0	5.536,0	4.117,0	1,0	1.145,0	14.955,0
2000	260,0	167,0	1.246,0	1.120,0	309,0	2.556,0	3.613,0	6,0	2.988,0	12.265,0

Fonte: South African Reserve Bank 2019. Elaboração própria.

Em seu trabalho, Nishiura (2009) defende que as companhias sul africanas têm tido resultados positivos em termos de rentabilidade e eficiência no continente africano, sugerindo que estas empresas estão melhor adaptadas ao ambiente de alto risco do investimento em África. Estas empresas têm também importantes vantagens em custos de transação, não só em relação à proximidade geográfica, mas também em termos de

redução do risco de contrato, visto que já estão mais familiarizadas com o costume de transações comerciais no continente. Somado a isso, a escassez de capitalistas locais e as más condições das estradas em África e ineficiência dos sistemas alfandegários fazem com que muitas das empresas sul africanas optem pelo investimento direto ao invés da exportação ou licenciamento (Nishiura 2009). Os sul africanos na região acabaram por abrir “mercados previamente fechados e demonstraram viabilidade, e entregaram produtos e serviços essenciais a economias que haviam contraído severamente nas décadas de 1980 e 1990” (Shaw 2001, p. 162).

As vantagens acima mencionadas fazem da África do Sul um dos maiores investidores no continente africano, tendo se tornado, em 2009, o principal investidor na África fora da indústria do petróleo (Grobbelaar 2009). Entre 2015 e 2016, por exemplo a África do Sul foi responsável por um investimento total de 3,6 mil milhões de USD, canalizados para 60 projetos de raiz no continente (African Development Bank 2017).

Esta grande onda de investimento sul-africano no continente é uma fonte de controvérsias entre os estudiosos sobre o tema. Por um lado, há quem defenda que o IDE sul africano é benéfico, tendo gerado uma mudança importante em todo o continente, impulsionando o crescimento do sector privado no continente e mudado a forma como os governos avaliam o papel deste sector no desafio da busca pelo desenvolvimento de seus países (Grobbelaar 2004). Por outro lado, existem focos de resistência local ao investimento, que não só o consideram prejudicial às empresas nacionais, mas chegam a taxá-lo de sub-imperialista (Miller et al 2008). Shaw (2001), ilustra esta contradição em seu trabalho:

As dimensões “empresarial” e “cultural” do papel da África do Sul na região contêm elementos positivos (forças centrípetas que promovem a construção regional) e elementos negativos (forças centrífugas que minam e desconstroem a região), fluindo em padrões por vezes imprevisíveis. O investimento empresarial em toda a região pode ser um indicador da integração económica, à medida que as empresas transcendem as fronteiras do Estado. Alternativamente, a proliferação de marcas e produtos sul-africanos - e de empresas sul-africanas que utilizam principalmente insumos sul-africanos - têm frequentemente assinalado o desfecho de um processo de desindustrialização que começou nas economias não competitivas de África nos anos 90. Se as empresas sul-africanas atuam como “bons cidadãos corporativos” da região ou como “colonialistas corporativos” é crucial para as perspectivas de construção da região (Shaw 2001, p. 161).

Há que ter em consideração que o impacto que o IDE tem numa economia depende não só da benevolência das empresas investidoras, mas de como o país receptor regula

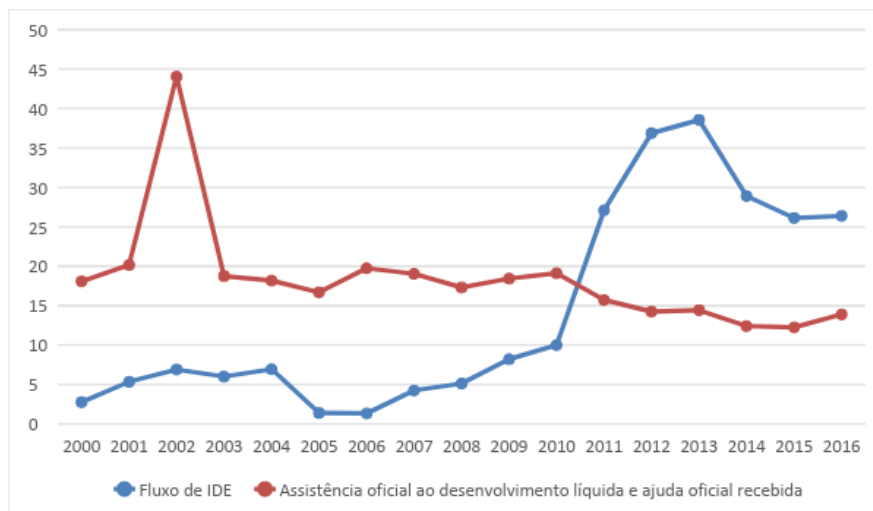
internamente e recebe estes fluxos. De acordo com Castel-Branco (2002), este impacto depende de cinco indicadores fundamentais, entre eles o impacto direto e induzido no investimento, o crescimento económico, o emprego, a transferência de capacidades (tecnologia ou conhecimento) e a balança comercial.

### **3.2. O IDE Sul Africano em Moçambique**

Ao tentar compreender qualquer tipo de investimento em Moçambique, há que ter em consideração que o país tem ainda hoje um ambiente difícil para se fazer negócio. De acordo com o report do *World Bank Group, Doing Business* 2015, entre 189 países, Moçambique ficou em 127 lugar neste ano em nível de facilidade de fazer negócio. Neste ranking são considerados aspectos como facilidade de iniciar um negócio, licenças de construção, acesso à eletricidade, registro de propriedades, obtenção de crédito, proteção de investidores minoritários, pagamento de impostos, negociações além-fronteiras, cumprimento de contratos e resolução de insolvências (World Bank 2015).

Uma análise da economia moçambicana faz saltar aos olhos a vitalidade de dois fatores principais, nomeadamente os fluxos de ajuda internacionais e de IDE. Juntos, estes fluxos chegaram a representar mais de 50% do total do PIB em anos como 2002 e 2013. Uma análise do gráfico 3 (abaixo) nos permite visualizar a crescente importância do IDE para a economia moçambicana, que em 2011 ultrapassou em muito os fluxos de ajuda internacionais, tornando-se uma das principais fontes de renda para o país. Os dados nos mostram que o IDE total chegou a representar 38,55% do PIB de Moçambique em 2013 (Gráfico 16), o que demonstra o tamanho da importância destes fluxos para a economia do país.

**Gráfico 16: Fluxos de Ajuda e de IDE em Moçambique (% do PIB)**



Fontes: UNCTAD 2019 e World Bank 2019a. Elaboração própria.

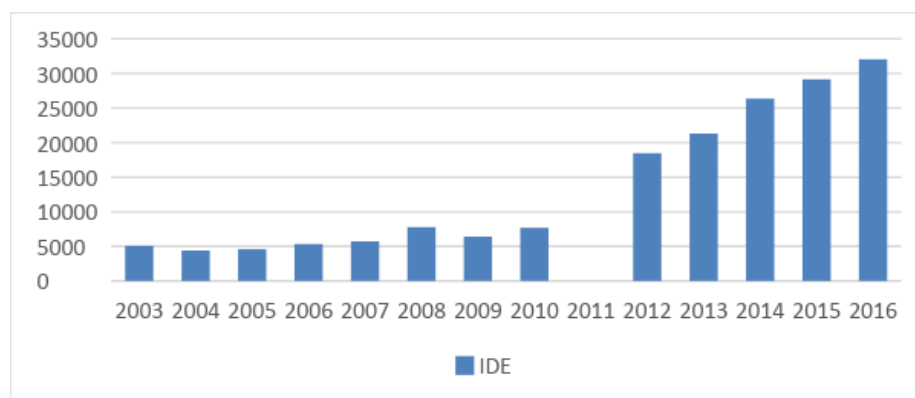
Menos de uma década depois da normalização das relações, em 2002, a África do Sul superou a antiga metrópole colonial de Moçambique, Portugal, como maior investidor estrangeiro no país (Daniel, Naidoo and Naidu 2004). Esta situação se manteve até 2012, quando foi superada pela China (Lalbahadur and Otto 2013). O investimento sul africano em Moçambique se insere numa estratégia regional e internacional importante da África do Sul, cuja política industrial tem como alvo os países vizinhos e a globalização de grandes empresas e corporações do país. Isso se vê refletido na estratégia das próprias corporações sul africanas em Moçambique, a exemplo da expansão da Sasol e da ESKOM em termos de controle sobre fontes, produção e distribuição de energia; e os compromissos da SAB Miller com o investimento, produção e controle da indústria cervejeira na produção, que acabou por adquirir a segunda maior cervejaria moçambicana, a Laurantina, eliminando a concorrência (Castel-Branco 2002).

A África do Sul tem desempenhado um papel importante no crescimento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos em Moçambique nas últimas décadas, com cerca de US\$ 2 mil milhões em projetos aprovados entre 1992-2009 (UNCTAD, 2012). De acordo com o *Financial Mail* (07 de fevereiro de 2003), as empresas empregavam em conjunto mais de 43.000 moçambicanos em 2003 (Daniel, Naidoo and Naidu 2004). Uma análise dos dados da tabela 15 (secção anterior) demonstra o significativo aumento dos fluxos de investimento sul africano em Moçambique, que passou de 3,613 milhões de Rands, no ano 2000, para 29,165 milhões de Rands em 2015. Ainda, os dados da tabela

demonstram que Moçambique foi o segundo país que mais recebeu IDE na África Austral durante o período de 2000 a 2015, ficando atrás apenas das Ilhas Maurício.

Ainda de acordo com dados do *South African Reserve Bank*, o stock de IDE sul-africano em Moçambique cresceu mais de 600% entre 2003 e 2016 (Gráfico 11, abaixo). Segundo Castel-Branco (2002), ainda, os investidores sul-africanos estavam envolvidos em 300 dos 1.607 projetos de investimento aprovados entre 1990 e 2001 em Moçambique, por exemplo. Até o final de 2003, menos de 10 anos após o fim do Apartheid, mais de 250 empresas sul africanas estiveram envolvidas em mais de 320 projetos e parcerias no país (Alden and Le Pere 2009).

**Gráfico 17. Stock de IDE sul-africano em Moçambique (milhões de Rands)**



Fonte: South African Reserve Bank 2019. Elaboração própria.

Uma análise mais aprofundada dos dois lados demonstra que o IDE entre África do Sul e Moçambique é um fluxo de sentido único na direção moçambicana. Poucos anos após o fim da Guerra Civil Moçambicana e do regime segregacionista na África do Sul, os sul-africanos haviam se tornado os maiores parceiros de investimento de Moçambique, que em 2016 figurava entre os 10 países com maior stock de investimento do país (Tabela 15). Um estudo feito por Grobbelaar em 2004, mostra que entre 1997 e 2002 os investimentos sul-africanos somaram 49% dos investimentos diretos estrangeiros totais em Moçambique, com um valor de 1.164 milhões de dólares. O segundo país que mais investiu na economia moçambicana neste período foi a Grã Bretanha, que totalizou 717 milhões de dólares (30% do total).

**Tabela 15: 10 Maiores Stocks de IDE sul-africano, 2016 (milhões de Rands)**

Rank	País	Stock
1	China	1.077.705
2	Reino Unido	323.363
3	Ilhas Maurícias	147.691
4	Países Baixos	111.230
5	Estados Unidos	88.329
6	Luxemburgo	87.071
7	Austrália	80.193
8	Áustria	51.767
9	<b>Moçambique</b>	<b>32.029</b>
10	Zimbábue	24.517

Fonte: South African Reserve Bank 2019. Elaboração própria.

As razões para o investimento das empresas sul africanas em Moçambique não fogem muito às já mencionadas em relação ao resto do continente africano. A estas razões devemos somar as questões estratégicas importantes, não só as que estão ligadas à proximidade geográfica, mas também à existência de recursos. As infraestruturas rodoviárias e portuárias de Moçambique e o seu grande potencial energético, mais recentemente potencializado pelas descobertas do gás natural liquefeito (GNL), são estratégicas para as relações económicas entre os dois países (Pereira 2006).

### 3.3. A Diversidade do IDE Sul Africano em Moçambique

Um dos fatores de destaque para o investimento sul africano em Moçambique é que, ao contrário dos investidores tradicionais, estes estão dispostos a investir em setores em que os que são mais avessos ao risco têm evitado. Estas empresas possuem uma grande capacidade de adaptação e investem em infraestrutura para conseguir tocar o seu negócio. Enquanto grande parte dos investimentos diretos externos são focados em indústrias extrativas e sectores de baixa tecnologia, os investidores sul africanos, para além do investimento na mineração, distribuem também seus investimentos no retalho, turismo, banca, manufatura, construção e telecomunicações. Encontrando pouca concorrência tanto internacional quanto local, muitos destes investidores acabaram por emergir como líderes no mercado (Grobbelaar 2004).

Outra característica da penetração da África do Sul em Moçambique é a relevância do papel impulsionador do Estado que, através da Corporação de Desenvolvimento Industrial (IDC) e do Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), fornece não só financiamento, mas também (através da IDC) assume participação directa em alguns



projetos, compartilhando o risco. Um exemplo importante é a participação de 25% do IDC no projeto Mozal, que será melhor tratado mais adiante no capítulo (Daniel, Naidoo and Naidu 2004).

Naidoo e Naidu (2004) em seu trabalho, afirmam que a maior probabilidade é que a maior parte dos investimentos sul africanos tenham sido realizados através de fusões<sup>5</sup>, aquisições<sup>6</sup> e *joint ventures*<sup>7</sup>, e não por novos investimentos *greenfield*<sup>8</sup>. Isso significa que os agentes africanos assumem uma empresa local e investem em novo capital para renová-lo e expandi-lo, o que, de acordo com os autores, fica claro na promoção do desenvolvimento de infraestrutura no continente, em que investidores de setores chave como transporte e construção firmaram parcerias para expandir as oportunidades de negócios e operações na região. Em teoria, este tipo de parcerias ajuda a dissipar a noção de um domínio ascendente da África do Sul, o que nem sempre se verifica (Daniel, Naidoo and Naidu 2004).

Para além do projeto *Mozal*, empresas sul africanas fizeram investimentos significativos em Moçambique durante o período. Dos 50 maiores projetos *greenfield* anunciados entre 2003 e 2010 em Moçambique, 8 tem como país de origem a África do Sul. Entre eles estão:

- as duas fases de investimento da *Sasol* (2004 e 2008), a ser melhor aprofundada a seguir;
- a empresa de telecomunicação *Telkom*, que fez um investimento de 260 milhões de US\$, criando 1400 postos de trabalho, em 2003;
- a empresa de alimentação e tabaco *Tongaat-Hulett*, que em suas duas fases de investimento (2003 e 2007) somou US\$ 211 milhões de investimento, criando 728 postos de trabalho;
- a *Massmart*, empresa de produtos de consumo, que em 2004 fez um investimento de US\$ 45 milhões, criando 230 postos de trabalho;
- a rede de supermercados *Pick n Pay* que em 2010 investiu US\$ 24 milhões no país e criou 275 postos de trabalho

---

<sup>5</sup> Operações em que se unem duas ou mais sociedades para formar uma sociedade nova.

<sup>6</sup> São operações em que o comprador adquire a totalidade da empresa.

<sup>7</sup> São associações económicas estratégicas entre empresas com um objetivo comercial comum

<sup>8</sup> São investimentos em projetos incipientes, novos, que ainda não foram concretizados.

- e a *Capital África Steel*, do ramo de maquinaria, que investiu US\$ 21 milhões em 2009, criando 100 postos de trabalho no país (Apollo 2015).

O investimento sul-africano cobre quase todos os setores da economia moçambicana, desde o setor bancário, cervejeiro, de refrigerantes, açúcar e instalações turísticas até grandes projetos de infraestrutura (Castel-Branco 2002). Um relatório da UNCTAD (2012) afirma que a maior parte deste investimento foi destinada ao setor industrial e da energia, principalmente em dois megaprojetos: a fábrica de fundição de alumínio *Mozal* e o projeto de extração e gasoduto de gás natural *Sasol*.

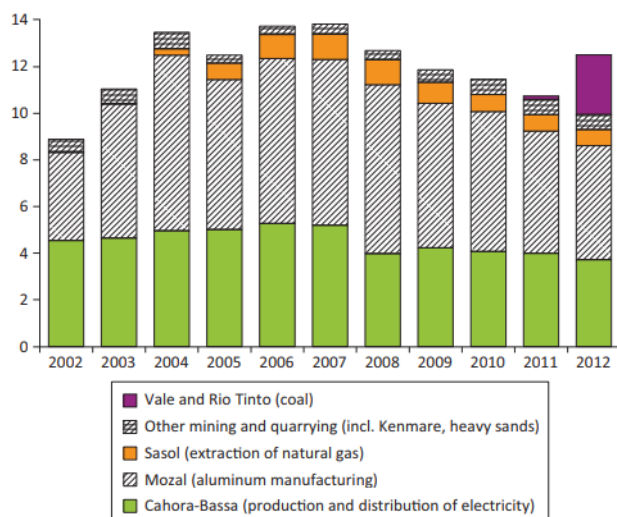
Outros mega projetos também tiveram grande impacto, a exemplo do gasoduto *Temane-Secunda* (US\$ 1 bilhão); *Limpopo Heavy Sands* (US\$ 1,2 bilhão); *Maputo Iron and Steel* (US\$ 1,1 bilhão); o *Complexo Petroquímico de Beira* (US \$ 1,7 bilhão); o *Corredor de Desenvolvimento de Maputo* (US \$ 1 bilhão). Além de investimentos superiores US\$ 600 milhões no setor industrial, como a produção de cerveja e refrigerantes, os sul-africanos têm investido significativamente também na área do turismo, incluindo a construção de resorts de praia, cassinos e parques de safári particulares. Injeções de investimento importantes foram feitas também no setor da agricultura, nomeadamente cana-de-açúcar, castanha de caju e silvicultura (Castel-Branco 2002).

### 3.4. Os Mega Projetos

Dentre os investimentos com participação sul-africana efectuados em Moçambique, os megaprojetos foram os que tiveram os impactos mais significativos na economia do país, tanto em termos de balança comercial, quanto de crescimento e de receita. O investimento nestes megaprojetos responde por um aumento estimado de 2 a 4 pontos percentuais no crescimento em cada ano de construção ativa dos mesmos (Masha and Ross 2014). Isto inclui o período 1998-99, do relançamento da geração de energia em Cahora Bassa e 2001-03, do lançamento da Mozal. De acordo com Xiong (2014), embora nenhum megaprojeto importante tenha entrado em operação entre 2004 e 2011, estima-se que a participação dos mesmos no valor acrescentado permaneça acima de 10%, para além da significativa contribuição para as exportações, que respondem entre 60% e 70% do total das exportações até 2014 (Xiong 2014).

## Gráfico 18. Contribuição dos Mega projetos para as Parcelas de PIB Nominal no Valor Acrescentado em Preços Correntes (%)

Figure 2.1. Contribution of Megaprojects to Nominal GDP  
Shares in value added at current prices  
(percent)



Source: IMF staff estimates.

Fonte: Xiong 2014

Os fluxos de IDE têm tanto impacto na economia moçambicana que acabam por determinar o tamanho do défice comercial do país. Por exemplo, se um projeto de investimento é principalmente orientado para exportação, o tamanho do défice diminui ligeiramente, a exemplo da Mozal, mas se o projeto não for voltado para a exportação, a exemplo da cerveja, o défice comercial aumenta devido a dependência de insumos externos para a produção. Nas palavras de Castel-Branco (2002, p. 10), “dadas as grandes diferenças na capacidade económica entre os dois países, a operação de qualquer mega projeto em Moçambique deverá aumentar as importações moçambicanas de electricidade, equipamentos, acessórios, peças e serviços de investimento”. Para além disso, apesar de o crescimento económico ter sido espetacular no ano em que os mega projetos entram em produção o mesmo é mais suave nos anos subsequentes. Estes projetos levaram a economia moçambicana a estágios mais elevados de actividade económica, mas o crescimento não é sustentado no intervalo entre os seus ciclos (Castel-Branco 2002).

A Mozal foi o primeiro grande projeto de IDE na história de Moçambique, iniciada em 1998. O principal objetivo dos primeiros mega projetos eram demonstrar ao exterior que Moçambique era capaz de realizar e receber com sucesso grandes

investimentos. A estratégia foi catalisadora de investimentos estrangeiros em Moçambique, melhorando a confiança dos investidores no país, o que era especialmente importante em um contexto de pós conflito. Dados do FMI demonstram que o IDE para Moçambique foi de US\$ 65 milhões em 1997 (menos de 2% do PIB), logo após o lançamento da Mozal, para uma média entre US\$ 400 e US\$ 500 milhões por ano a partir dos anos 2000 (Xiong 2014).

Por sua natureza intensiva em capital, os mega projetos em si não tem sido fonte criadora de muitos empregos. A Mozal, por exemplo, é um projeto que contribui com cerca de 5% para o PIB a cada ano, emprega apenas 0,02% da força de trabalho (Xiong 2014). No entanto, existe o potencial de, uma vez operacionais, os megaprojetos criarem empregos indiretamente, através de empresas contratadas localmente. De acordo com dados do African Economic Outlook de 2013, entre 2002 e 2007 os gastos operacionais da Mozal em empresas moçambicanas aumentaram de US\$ 5 milhões para US\$ 17 milhões por mês (African Development Bank 2013). Não existem estatísticas exatas de quantos empregos indiretos a Mozal criou, embora haja estimativas que falam em cerca de 10 mil empregos (Xiong 2014).

Existe ainda a possibilidade de os mega projetos contribuírem para a economia moçambicana por meio do canal fiscal. Através de impostos, dividendos e acordos de participação nos lucros, o governo poderia obter uma parcela do valor agregado destes empreendimentos. Entretanto este canal não desempenhou um papel importante durante o período em Moçambique. O contexto de pós conflito e a necessidade de atração de investimentos fez com que o governo moçambicano fizesse contratos com termos financeiros que favorecessem as empresas estrangeiras que ali se instalavam (Xiong 2014).

Para o presente trabalho, focaremos nos três mega projetos com participação sul africana que consideramos principais, sendo eles a Mozal I e II, os investimentos da Sasol na exploração de energia e o Corredor de Desenvolvimento de Maputo.

## **Mozal I e II**

O projeto Mozal, iniciado em maio de 1998, é um grande empreendimento na área do alumínio. A fábrica iniciou as suas atividades em 2000 e, devido ao sucesso do projeto,

a construção da 2ª fase, para dobrar a sua capacidade, se iniciou já em Setembro de 2001, finalizando-se em Agosto de 2003 (Pereira 2006). De acordo com o site do maior investidor do projeto, a South32, este projeto custou um total de US\$ 2 mil milhões, sendo considerado o maior investimento privado do país e o primeiro grande investimento estrangeiro direto, o que teria ajudado Moçambique a se reconstruir. Apesar de o investimento da Mozal não ter sido inteiramente sul-africano, a *Industrial Development Corporation* possui 24% das ações, enquanto a *South32* possui 47,1%, a *Mitsubishi Corporation Metals Holding GmbH* detém 25% e o Governo da República de Moçambique detém 3,9% (South32 2019).

De acordo com a UNCTAD (2012), quando as operações da Mozal entraram em funcionamento, o projeto contribuiu com 2,1% do crescimento real do PIB e 53% das exportações. Em 2008, as atividades da Sasol e da Mozal representaram cerca de 10% do PIB e foram responsáveis por impressionantes 60% da produção industrial do país (UNCTAD 2012). Para além disso, a entrada em funcionamento dessa indústria causou uma transformação estrutural na produção industrial moçambicana, de modo que a indústria de alumínio passou a ter papel principal no output total da indústria transformadora (Pereira 2006).

Em 2007 a contribuição total da Mozal para o PIB Moçambicano foi de 3.3%, o que para uma única empresa é um valor substancial. Sua contribuição das exportações no período também são relevantes, tendo chegado a totalizar 60% das exportações de bens e 42% do total de rendimentos gerados pelas exportações de Moçambique. De acordo com Pereira (2006), os ganhos líquidos anuais estimados da Mozal cercam 400 milhões de dólares. Contudo,

...com a repatriação dos lucros, o pagamento dos serviços de investimento e as transferências dos salários dos trabalhadores estrangeiros, o ganho líquido reduz-se a 100 milhões de dólares por ano, e destes, apenas 45 milhões são realmente retidas pela economia moçambicana, em pagamento dos salários aos trabalhadores moçambicanos, às compras efectuadas pela empresa nos mercados locais, à implementação dos programas sociais e ambientais pela empresa e ao pagamento dos impostos. (Pereira 2006, p. 197)

Em termos de força de trabalho, o projeto Mozal não teve grande impacto quantitativo. Ao passo que criou 5033 (70% destes moçambicanos) postos de trabalho provisório durante o período de construção (Pereira 2006), em 2014 ela tinha cerca de 3 mil funcionários permanentes contratados. Mesmo tendo em consideração os possíveis

10 mil empregos indiretos, o projeto ainda é extremamente intensivo em capital, criando um emprego a cada US\$ 160 mil de investimento (Xiong 2014).

Apesar disso, houve sim um impacto importante no mercado de trabalho, principalmente em termos de estrutura, níveis salariais e melhoria da qualificação e formação dos trabalhadores (Pereira 2006; Xiong 2014). De acordo com Castel-Branco (2002), a produtividade por trabalhador na Mozal era 18 vezes superior à média das outras empresas no país, o que resulta não só do investimento em capacitação, mas também das melhores condições de trabalho e dos salários reais mais altos oferecidos pela empresa (Castel-Branco 2002).

Em termos de transferência de tecnologia e qualificação dos trabalhadores, há quem defenda que são processos que vem na ótica da própria Mozal, na dimensão de expansão da empresa e difusão de conhecimento. A transferência, neste sentido, apesar de qualificar trabalhadores moçambicanos, seria intrafirma (Pereira 2006). No entanto a Mozal possui um sistema de ligações com pequenas e médias empresas o *Mozlink*, apoiado pelo Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique (CPI), que foi criado para aumentar a capacidade dos fornecedores locais, para que os mesmos fossem capazes de competir com sucesso pelos contratos não só com a Mozal, mas também com outras empresas internacionais (African Development Bank 2013).

A empresa gastava no período, de acordo com um relatório do Banco Mundial de 2010, perto de USD 100 milhões por ano em bens e serviços locais, fora o consumo de electricidade e água (World Bank 2010). Ainda, de acordo com dados do African Economic Outlook (2013), entre 2002 e 2007 45 pequenas e médias empresas foram treinadas, e os gastos da Mozal com empresas moçambicanas aumentaram de US\$ 5 milhões para US\$ 17 milhões por mês. Para além disso, o número de fornecedoras domésticas a Mozal aumentou de 40 para 250. O sucesso deste programa fez com que a Mozal, em conjunto com a Sasol, a Cervejas de Moçambique, a Coca Cola e a IFC decidissem implementar um projeto para criar oportunidades para empresas locais entrarem nas cadeias de valor das grandes multinacionais que operam no país (African Development Bank 2013).

## **SASOL (South African Coal Oil and Gas Corporation)**

O projeto SASOL foi assinado em outubro de 2000 entre a empresa de petróleo sul africana SASOL, a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos e o Governo Moçambicano e contou com o apoio de diversas organizações internacionais, entre elas o Banco Mundial, o FMI e a União Europeia. O projeto consiste na implementação de condutas de gás natural situadas entre a região de Pande e Temame, em Moçambique e Secunda, na África do Sul, ligando uma distância de cerca de 850 km (Pereira 2006).

O projeto inicial totalizou US\$ 1,2 mil milhões e incluiu o desenvolvimento dos campos de gás de Temane e Pande. Sua expansão, a partir de 2010, totalizou aproximadamente US\$ 2 mil milhões. Estes projetos estimularam o crescimento de um pólo de geração de energia a partir do gás em Ressano Garcia, em 2014, onde foi desenvolvida uma Central Térmica (CTRG) em parceria com a Eletricidade de Moçambique (EDM), uma usina de gás que custou US\$ 246 milhões (SASOL 2017). A empresa afirma,

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique prevê o uso dos recursos do país para melhorar as condições de vida da população através da transformação estrutural da economia, bem como a expansão e diversificação da base produtiva. Nossos planos de desenvolvimento em Moçambique estão alinhados com essa visão e buscam consolidar a posição do país como o coração de nossa estratégia de petróleo e gás na África Austral (SASOL 2019).

Em sua pesquisa, Abdulahé (2011) trata sobre as actividades de Responsabilidade Social levadas a cabo pela SASOL, que são restritas às comunidades em que a empresa atua, mais especificamente a zona sul do país, nas províncias de Maputo, Gaza e Inhambane. Estas atividades incluem e privilegiam áreas como educação e cultura, saúde, desporto, agricultura, água, meio ambiente e infra-estruturas e outras áreas. De acordo com o autor, durante os primeiros nove anos de operação, a SASOL já havia investido aproximadamente US\$ 7 milhões, sendo a área de infraestrutura a que mais recebeu fundos (Abdulahé 2011).

O autor dá destaque para algumas das ações realizadas, como os programas de reabilitação e construção de infraestruturas de educação e saúde, o que considera pressuposto básico para o desenvolvimento. Algumas das ações de maior destaque da empresa em termos de impacto na comunidade local são as seguintes:



1. A construção da Escola Primária de Manjangué (USD 120,000.00), em 2004, local onde antes as aulas eram constantemente interrompidas pelas chuvas e mau estado de conservação da escola. Para além desta escola, a SASOL investiu na construção da Construção de 9 escolas orçadas em 1,130,000.00 USD, das quais 5 estão na província de Inhambane, 3 estão em Gaza e uma na província de Maputo; forneceu também livros e materiais didáticos a diversas escolas primárias;
2. A empresa tem apoiado a agricultura nas áreas onde atua, o que permite a redução das bolsas de fome nessas regiões. Forneceu, por exemplo, cabeças de gado bovino a cerca de 120 famílias moçambicanas nas aldeias de Gavaza e Godawa. Implementou, também um projeto de desenvolvimento agrícola em duas comunidades no distrito de Chigubo em 2004;
3. Ajudou a reabilitar um sistema de abastecimento de água na vila de Ressano Garcia, com um investimento total de 485,000.00 USD, para além de auxiliar na construção de sistemas de água na província de Gaza, na abertura de represas em Moamba e Magude e na abertura de furos de água em diversas comunidades (Abdulahé 2011).
4. Desenvolve líderes e criação de capacidade. De acordo com a empresa, acima de 85% do pessoal nas suas instalações de processamento de gás é moçambicano e seu investimento social soma mais de US\$ 23 milhões desde o início das suas operações (SASOL 2017).

Há, entretanto, um outro lado importante de ser notado. Grandes projetos como a SASOL e também a MOZAL acabam muitas vezes por ter efeitos negativos em Moçambique, pois aumentam a dependência do país em relação à produção de poucas empresas, que são, além de tudo, detidas por capital internacional. Existe, assim, a necessidade de diversificar os pólos de desenvolvimento, a produção e os produtos de exportação do país (Pereira 2006).



## **Corredor de Desenvolvimento de Maputo**

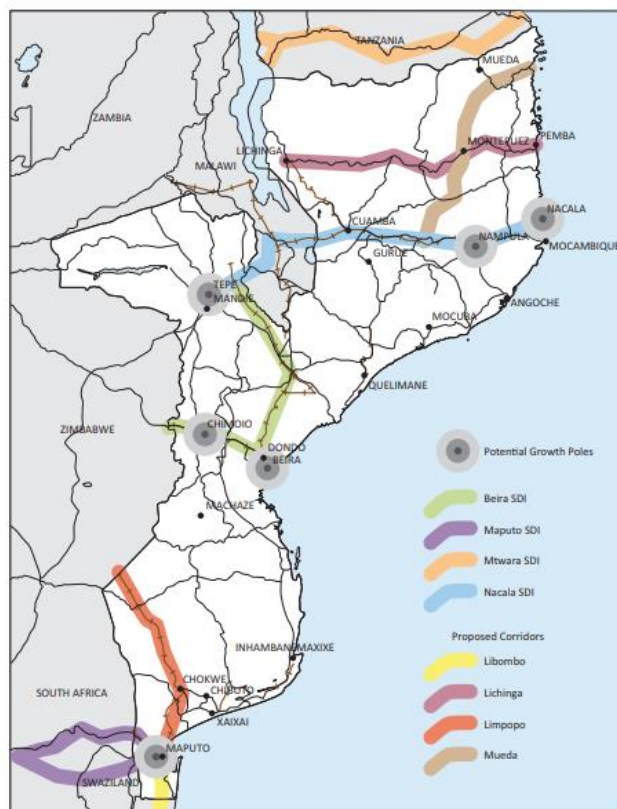
Em um cenário de devastação pós-guerra civil, Moçambique se viu na necessidade de impulsionar a economia. Com a intenção de aumentar a atração de investimentos e a integração regional, o país passou a adotar a estratégia sul africana de Iniciativas de Desenvolvimento Espacial (SDI), dando ênfase à formação de corredores de desenvolvimento em seu território (World Bank 2010; Rasagam et al 2014). Estas iniciativas, concebidas pelos sul africanos em 1995, foram tentativas de criar empregos sustentáveis nestas regiões, identificando e facilitando novos investimentos em áreas com crescente potencial (Campbell et al 2009).

Rasagam et al (2014) descrevem abaixo o conceito dos corredores de investimento:

O conceito de corredores de desenvolvimento evoluiu de corredores de transporte que fornecem conectividade entre países ou sub-regiões dentro dos países, para promover o comércio doméstico e internacional, fornecendo sistemas eficientes de transporte e logística. Frequentemente centrado nas redes rodoviárias e ferroviárias vinculadas aos portos, o conceito de corredor baseia-se em investimentos integrados em infraestrutura rígida, bem como no estabelecimento de políticas, regulamentos e instituições que governam o comércio sustentável e os investimentos junto aos portos do corredor (RASAGAM et al 2014 p. 87).

Como parte desta ideia, os principais corredores de desenvolvimento que foram traçados em parte do país são o Corredor da Beira, o de Nacala e o de Maputo (World Bank 2010). Juntos, estes corredores cobrem a Suazilândia, África do Sul, Zimbabwe, Malawi e Zâmbia (Ver Mapa 3).

#### Mapa 4: Corredores de Desenvolvimento de Moçambique



Fonte: Rasagam et al, 2014.

Entre estes corredores, o Corredor de Desenvolvimento de Maputo (MDC) é o de maior interesse para o presente trabalho, visto que tem grande participação sul africana no projeto. O MDC foi lançado oficialmente no ano de 1996 em Maputo pelos presidentes da África do Sul e Moçambique como um projeto para reabilitar a infraestrutura de estradas, portos e barragens, eletricidade de fronteiras ao longo do trajeto da rodovia EN4/N4, que liga Pretória a Maputo, através de parcerias de investimento público-privadas. Este corredor percorre algumas das regiões mais industrializadas de toda a África Austral, incluindo áreas de mineração, agricultura e concentrações de indústrias de diversas áreas (Campbell et al 2009; Rasagam et al 2014).

Este corredor tem particular interesse para os sul-africanos, visto que o relevo da zona costeira sul-africana não permite a atracagem de navios de grande porte. Moçambique, por sua vez, possui portos bastante bons e uma vasta costa marítima virada para o oceano Índico (Pereira 2006) e Maputo é o porto mais próximo de Gauteng, zona industrial de grande produção na África do Sul. O MDC serve as províncias sul-africanas altamente desenvolvidas de Gauteng, Mpumalanga e Limpopo, bem como a Suazilândia,

fornecendo uma conexão de transporte alternativa para exportação até o porto de Maputo, em vez do porto de Durban (Rasagam et al 2014). Sobre o MDC, Campbell et al (2009) afirmam:

Apenas 29.000 toneladas de mercadorias passaram pelo posto fronteiriço entre a África do Sul e Moçambique por estrada em 1997. Em 2007, este número aumentou para aproximadamente 2,25 milhões de toneladas por ano. O número estimado de caminhões (2007) por dia, de acordo com o banco de dados de frete de Mpumalanga, é de aproximadamente 400 (200 por direção). Os principais grupos de carga para o leste são açúcar, cimento, milho, frutas, produtos químicos e máquinas e frete em geral (CAMPBELL et al 2009, p. 49).

De acordo com Pereira (2006), o MDC permitiu o relançamento das relações económicas entre África do Sul e Moçambique, tanto em termos comerciais quanto de investimento. Permitiu também, por efeito de arrastamento, a reabilitação dos outros corredores de desenvolvimento, nomeadamente o de Beira e Nacala, desenvolvendo outras regiões de Moçambique. Potencializou, por fim, o turismo intra-regional, diminuindo distâncias entre os dois países (Pereira 2006). Apollo (2015) defende que este tipo de investimentos em infra estruturas auxiliam no aumento da estabilidade económica, e da livre circulação de bens e serviços inter-regional, permitindo a competitividade e a atração em maior quantidade de um fluxo de investimento externo direto do exterior (Apollo 2015).

### **3.5. Reflexos dos Investimentos em Moçambique**

Os investimentos sul africanos tiveram importantes reflexos na economia moçambicana desde a regularização das suas relações económicas em 1994. Primeiramente, ao se analisar quaisquer tipo de investimentos em Moçambique, há que se ter em mente que o contexto nacional ainda é considerado muito imprevisível para os negócios, assim como o de muitos países da região, o que se soma a um sistema fraco de educação e a uma infra-estrutura de comunicações que acaba por aumentar o custo de produção para as empresas que ali se estabelecem (Henry 2000). Nesse sentido, a onda de investimento sul africano teve como consequência o reforço positivo da confiança das empresas estrangeiras em Moçambique, aumentando o fluxo de IDE para o país (Grobbelaar 2004; Masha and Ross 2014; Xiong 2014).

Em segundo lugar, de acordo com Grobbelaar (2004), a entrada de empresas sul-africanas na economia moçambicana teve efeitos profundos na estrutura da economia, na cultura empresarial e do mercado de trabalho. Para além do impacto no crescimento do

PIB, houve uma melhoria significativa na transferência de tecnologia de ponta para Moçambique, principalmente no caso dos mega projetos, e no padrão geral de industrialização do país. Vê-se uma gradual mudança na composição do PIB moçambicano ao longo do período, em que a contribuição da agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca caíram de 32,9% em 1995 para 22,9% em 2015 ao passo que a contribuição das indústrias extrativas, por exemplo, subiu de 0,3% em 1995 para 5,1% em 2015 (INE 2018).

Grobbelaar (2009) e Pereira (2006) defendem também que o investimento sul africano teve também impacto nos quadros regulamentares e na cultura comercial em Moçambique. Como consequência, teria trazido ao consumidor moçambicano um aumento no poder de escolha, com um fornecimento constante e confiável de bens, o que teria auxiliado também numa melhor estabilidade de preços. Em um mercado altamente dominado pelo setor informal este aspecto faz-se sentir significativamente.

Estes autores, ainda, afirmam que o investimento sul africano teve também um impacto significativo no mercado de trabalho, tanto em termos de níveis salariais, quanto de criação de emprego, níveis de habilidade, produtividade e boas práticas corporativas. Entre 1998 e 2002 foram 24,355 empregos criados, o que é bastante significativo levando em consideração que apenas 12% da totalidade da força de trabalho era parte da economia formal em 1999 (Grobbelaar 2004; Pereira 2006).

Por outro lado, uma das principais críticas feitas ao investimento sul-africano em Moçambique diz respeito à sua natureza, que faz poucas ligações com as empresas domésticas. Neste sentido, afirma-se que os negócios sul-africanos são altamente dependentes das importações, adquirindo menos de 10% dos seus insumos no mercado local. Isto, para além de ter impacto na balança de pagamentos, põe a produção local sob pressão (Grobbelaar 2004).

Os motivos frequentemente avançados pelas empresas sul-africanas para não obter mais seus insumos localmente são a qualidade inferior, a oferta inadequada e inconsistente (por causa dos baixos volumes produzidos) e o alto custo. A especificidade do conhecimento e a natureza de capital intensivo das empresas sul-africanas seriam os principais motivos desta situação. Entretanto, é importante notar que esta afirmação não se aplica a todos os investimentos. Os megaprojetos como a Mozal, o Corredor de

Desenvolvimento de Maputo e a construção do oleoduto Sasol, por exemplo, instituíram programas especiais de treinamento e orientação para permitir que as empresas locais atuem como subcontratadas (Grobbelaar 2004). Um exemplo é o programa de Desenvolvimento de Empresas e Fornecedores (ESD) da Sasol, que inclui atualmente um total de 17 fornecedores locais (SASOL 2017).

O fato é que as empresas sul africanas possuem vantagens comparativas significativas dentro da economia moçambicana e por isso não hesitam em partir para investimentos no país vizinho. Nesse sentido, apesar do relevante papel do Estado sul africano na promoção e incentivo ao investimento externo em Moçambique, faz-se necessário traçar uma distinção entre o comportamento das corporações sul africanas e do seu governo. Como qualquer negócio do mundo, as empresas sul africanas são impulsionadas por interesses corporativos típicos, nomeadamente o lucro, a participação de mercado, a eliminação da concorrência e o desejo de dominar e monopolizar (Daniel, Naidoo and Naidu 2004).

Entretanto, em termos políticos houve uma grande mudança em relação ao passado. Como o demonstrado no capítulo 1, desde o começo da transição o Congresso Nacional Africano (ANC) defendeu uma política de cooperação e apoio ao desenvolvimento com os países vizinhos (Daniel, Naidoo and Naidu 2004). Neste sentido, o ANC, ao mesmo tempo em que busca fortalecer a capacidade económica sul africana no continente, desenvolveu um código de boa conduta empresarial que deveria ser aplicado de maneira que não restrinja a competitividade dessas empresas (Sidiropoulos 2008, p. 113).

## Conclusão

Antes de partirmos para as considerações finais do presente trabalho, cabe relembrar o seu ponto de partida. O objetivo central da pesquisa era descrever e analisar o contributo das relações comerciais e de investimento entre África do Sul e Moçambique para o desenvolvimento moçambicano. Para alcançá-lo, foram traçados três objetivos secundários, que buscaram, em primeiro lugar, traçar o perfil de desenvolvimento da África do Sul e de Moçambique no quadro da SADC e descrever as relações entre os dois países; em segundo lugar, identificar e verificar o contributo das trocas comerciais e dos fluxos de IDE sul-africano no crescimento económico e no desenvolvimento de Moçambique; e em terceiro lugar, avaliar a importância dos fluxos de investimento direto sul-africano no desenvolvimento de infraestruturas de transporte, saúde e educação em Moçambique.

A pergunta de inicial, foi, neste sentido: *de que modo a África do Sul, como potência regional na SADC, tem ou não contribuído positivamente para o desenvolvimento de Moçambique?*

Para responder esta pergunta, torna-se necessário voltar aos conceitos utilizados nesta pesquisa. Os conceitos de integração e potência regional serviram para auxiliar na contextualização do trabalho, na medida em que as relações bilaterais entre África do Sul e Moçambique se inserem na realidade do bloco de integração da SADC e a África do Sul é, pelas razões já anteriormente citadas, considerada uma potência regional na África Austral. O conceito central para responder a questão de partida é, então, o de desenvolvimento.

Como mencionado no capítulo introdutório, o presente trabalho entende desenvolvimento como um processo de busca por autonomia e liberdade económica, que seria traduzido no crescimento económico, numa mudança da estrutura da produção económica, na melhoria da infraestrutura do país, na elevação do nível de vida da população em termos de educação, saúde, emprego e também na redução da desigualdade social.

Assim, pode-se dizer que em termos de autonomia e liberdade económica, o saldo das relações bilaterais entre África do Sul e Moçambique é negativo. O desenvolvimento

da presente pesquisa demonstrou que tanto em termos comerciais quanto em termos de investimentos os moçambicanos são dependentes dos sul africanos. Em termos de crescimento económico, apesar das trocas comerciais terem saldos negativos para Moçambique, os investimentos sul africanos tiveram importante impacto no crescimento do PIB do país, em especial os megaprojetos que tem participação média de 10% do PIB e corresponderam a entre 60 e 70% do total das exportações entre 2004 e 2014 em Moçambique (Xiong 2014).

Em termos de mudanças na estrutura produtiva do país, é difícil afirmar categoricamente o tamanho da influência dos investimentos sul africanos na gradual alteração estrutural da economia moçambicana demonstrada no Capítulo 3. Apesar de os investimentos sul africanos serem mais diversificados do que os de outros investidores tradicionais no país e dos grandes níveis de produção de alumínio da Mozal, por exemplo, terem feito aumentar a importância deste sector na economia, os dados aqui recolhidos não permitem afirmar qual o seu real impacto na estrutura produtiva moçambicana.

Quando se trata das infraestruturas, as relações bilaterais têm contribuído positivamente para o desenvolvimento moçambicano. Os mega projetos em especial tem um impacto significativo nas infraestruturas do país, com importante destaque para o Corredor de Desenvolvimento de Maputo, projeto que reabilitou estradas, portos e dragagens ao longo da rodovia EN4/N4, entre Pretória e Maputo e que teve significativos impactos nos níveis de investimento das regiões abrangidas.

A respeito do nível de vida da população moçambicana, principalmente em termos de educação e emprego os investimentos sul africanos tiveram algum impacto positivo na economia moçambicana. Apesar de os dados não serem suficientes para estimar o impacto real, são suficientes para afirmar que houve uma criação de empregos para mão de obra nativa e que estas empresas investiram em melhores salários e na melhoria da educação dos funcionários, principalmente os mega projetos, a exemplo do programa *Mozlink*, no qual a Mozal passou a investir também nos funcionários de suas empresas fornecedoras.

As considerações acima fazem com que se conclua que os objetivos da presente pesquisa tenham sido parcialmente alcançados. Os perfis de desenvolvimento dos dois países foram traçados e as suas relações tanto bilaterais quanto no quadro da SADC foram desenvolvidos. O contributo das trocas comerciais e do IDE no crescimento

económico moçambicano pode ser demonstrado, assim como o importante impacto do IDE sul africano nas infraestruturas de Moçambique. Entretanto, pelo fato de que o desenvolvimento é um conceito muito abrangente, a presente pesquisa não foi capaz de demonstrar integralmente o contributo das relações bilaterais entre África do Sul e Moçambique para o processo completo de desenvolvimento moçambicano.

Torna-se necessário, assim, o aprofundamento de alguns aspectos importantes para o desenvolvimento do país, nomeadamente a redução de desigualdade social, o nível de emprego e de saúde da população. O desenvolvimento da presente pesquisa demonstrou que se torna difícil medir de fato os impactos o desenvolvimento humano das relações económicas entre os dois países apenas através de pesquisa bibliográfica, documental e quantitativa. Há aspectos que somente uma pesquisa de campo efetiva conseguiriam ilustrar e esclarecer de fato. Por isso, fica como sugestão para o aprofundamento e melhoria do trabalho aqui desenvolvido uma pesquisa no terreno para que se possa, através do contato com as populações de fato afetadas, perceber as percepções e os reais impactos no cotidiano destas pessoas.

## **Considerações Finais**

É necessário ter em consideração que quando se analisam quaisquer tipos de relações há um grande nível de subjetividade e, por isto, torna-se difícil (para não dizer impossível) encontrar uma verdade universal sobre a temática, o que torna este tipo de investigação importante. As opiniões são sempre influenciadas por juízos de valor que partem de diferentes pontos de vista e dão importância para diferentes fatores. A presente pesquisa, então, ao analisar diferentes pontos de vista sobre o papel das relações económicas entre África do Sul e Moçambique para o desenvolvimento moçambicano nos traz alguns elementos importantes a serem considerados sobre o tema.

Primeiramente, ao se analisarem as relações externas da África do Sul, há que se ter em consideração que, apesar de ter um índice de desenvolvimento maior do que seus vizinhos africanos, o país continua a ser subdesenvolvido. Os sul africanos escondem um dualismo elevado no seio da sua sociedade e ainda hoje continuam a buscar superar as desigualdades socioeconómicas herdadas do regime do Apartheid. A África do Sul, apesar de ter um IDH mais elevado que Moçambique, por exemplo, possui um nível de desigualdade superior, o que demonstra que o país enfrenta grandes desafios internos.



Por isso, a África do Sul nem sempre é consistente em seus esforços de construção regional e de apoio ao desenvolvimento. Os problemas socioeconómicos que o país enfrenta tornam inevitável que a sua política externa económica tenda a se encaminhar mais às suas necessidades domésticas do que às necessidades regionais. Dopcke (2002) defende, neste sentido, que os sul africanos oscilam entre uma forte retórica moral de “renascimento africano” e puro racionalismo económico. As relações externas sul africanas refletem, assim, uma busca por equilibrar o seu discurso de desenvolvimento do continente e a busca pelo desenvolvimento interno.

Ao abordar as relações económicas entre África do Sul e Moçambique, exclusivamente, para uma melhor compreensão e análise viu-se a necessidade de dividir estas relações em dois âmbitos: as relações comerciais e os investimentos externos diretos. Em termos de fluxos de comércio, estes refletem o domínio regional sul africano, por um lado, e a debilidade da economia moçambicana, por outro. Domínio regional este que se materializa em um superávit sul africano com quase todos os países vizinhos, o que faz com que se mantenham sentimentos de desconfiança e de insegurança quanto a uma possível sul africanização das economias nacionais africanas. A debilidade económica moçambicana, por sua vez, se demonstra em indicadores como o PIB e o IDH e também no balanço comercial global, pois Moçambique é um importador líquido de bens e possui déficit comercial com diversos parceiros comerciais, o que é uma situação crónica na economia do país.

Em termos de IDE, Moçambique também se encontra extremamente dependente em relação aos sul africanos. Os moçambicanos sentem ainda hoje o reflexo da destruição causada pelas guerras travadas durante o processo de independência e logo após e, como demonstrado no capítulo 3, os sul africanos foram os primeiros a investir em massa no país. Além disso, o investimento-sul africano tem levado, ao longo dos anos, ao reforço da confiança das empresas estrangeiras em Moçambique, servindo como um fator de atração de IDE importante para o país. Assim como os fluxos de ajuda internacional, os fluxos de investimento externo direto ainda são fundamentais para o trajeto de desenvolvimento de Moçambique.

Em síntese, a pesquisa desenvolvida ao longo deste trabalho leva a concluir que as relações económicas entre os dois países são extremamente importantes para a economia moçambicana no presente estágio em que se encontra. Tanto em termos

comerciais quanto de IDE, as relações refletem uma profunda dependência de Moçambique perante a África do Sul. Entretanto, relações de dependência trazem consigo uma profunda vulnerabilidade, o que não pode ser considerado de todo benéfico ou favorável para a economia moçambicana. Surge a necessidade, então, de buscar uma maior diversificação de parceiros em termos de IDE do país.

É necessário enfatizar, entretanto, que o IDE não é e nem poderia ser uma cura milagrosa para os desafios de desenvolvimento de Moçambique, tornando-se indispensável uma atuação do governo moçambicano no sentido de políticas fiscais, regulatórias e de incentivo para que se possa desenvolver o capital nacional do país. Os efeitos tanto do comércio quanto do investimento sul africano em Moçambique poderão ser maléficos ou benéficos para o desenvolvimento consoante a postura que o governo tomar perante a estes.

## Referências Bibliográficas

- Abdulahé, A. (2011). *Impacto da prática da responsabilidade social da Sasol nas comunidades em Moçambique no período entre 2004 a 2009*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2011. Dissertação de mestrado. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10071/4202>>.
- African Development Bank. (2013). *African Economic Outlook: Structural Transformation and Natural Resources*. United Nations Economic Commission for Africa.
- African Development Bank. (2017). *African Economic Outlook: Perspectivas Económicas em África 2017: Empreendedorismo e Industrialização*. United Nations Economic Commission for Africa.
- Alden, C., Le Pere, G (2009). South Africa in Africa: Bound To Lead? *South African Journal of Political Studies*, 36(1), 145-169.
- Amin, S (1990). *Delinking: Towards a Polycentric World*. London, England: Zed Books Ltd.
- Apollo, L. H. (2015). Estratégia da África do Sul Pós-Apartheid como Líder Regional da SADC. *Conjuntura Global*, 4-3, p. 478-494.
- Avon, D., Njikam, M. M. (2015). Market Integration in the ECCAS Sub-Region. In: Ncube, M., Faye, I., Verdier-Chouchane, A. (Ed.). *Regional Integration and Trade in Africa*. New York, United States: Palgrave Macmillan.
- Bach, D. C (1999). Revisiting a paradigm. In: Bach, D. C (Ed.) (1999). *Regionalisation in Africa: Integration and Disintegration*. Oxford: James Currey Ltd.
- Barber, J. (2005) The New South Africa's Foreign Policy: Principles and Practice. *International Affairs*, Vol. 81, No. 5, pp. 1079-1096, 2005.
- Bond, P. (2006). *Looting Africa: The Economics of Exploitation*. Pietermaritzburg: University of KwaZulu-Natal Press.
- Campbell, M.; Hauptfleisch, D.; Marx, H. (2009). *The Impact of the Maputo Development Corridor on Socioeconomic Development: A Review of the Legislative and Regulatory Framework*. Proceedings TG59 People in Construction Impact of the Maputo Development Corridor on Socio-economic Development. South Africa: Port Elizabeth, 2009.
- Campos, A. (1996) *África do Sul: Potência Regional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Cardoso, F. J. (1993). A África do Sul e a metamorfose das relações regionais. Lisboa: *Revista de. Relações Internacionais*, 1993/1994, p. 1-14.
- Chazan, N., Lewis, P., Mortimer, R., Rothchild, D., Stedman, S. J. (1999). *Politics and Society in Contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers
- Chitonge, H. (2015). *Economic Growth and Development in Africa: Understanding Trends and Prospects*. London, England: Routledge.
- CIA. (2019) *The World Fact Book*. Central Intelligence Agency. Online, disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/mz.html>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.
- Daniel, J., Naidoo, V. and Naidu, S. (2004), ‘The South Africans Have Arrived: Post Apartheid Corporate Expansion into Africa’, in: J. Daniel, A. Habib and R. Southall (eds), *State of the Nation: South Africa 2003–2004* (Cape Town: Human Sciences Research Council).
- Davies, R. (1992). Economic growth in a post-apartheid South Africa: Its significance for relations with other African countries. *Journal of Contemporary African Studies*, 11(1), 51-71.
- Dopcke, W. (2002). Há salvação para a África? Thabo Mbeki e seu New Partnership for African Development. Brasília: *Revista brasileira de política internacional*, 45 (1).
- Flemes, D. (2007). *Conceptualising Regional Power in International Relations: Lessons from the South African Case*. Hamburg, Germany: German Institute Of Global And Area Studies (GIGA).
- Flemes, D. (2009). Regional power South Africa: Co-operative hegemony constrained by historical legacy. *Journal of Contemporary African Studies*. 27 (2), pp. 135-157.
- Grobbelaar, N. (2009). Can South African business drive regional integration on the continent? *African Journal of International Affairs*, 11(2), pp. 91-106.
- Grobbelaar, N. (2004). *Changing the Business Landscape in Africa: SA Business moving Northwards*. Johannesburg: SAIIA.
- Guba, E. G., and Lincoln, Y. S. (1994). Competing paradigms in qualitative research. In N. K. Denzin and Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 105- 117). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Habib, A. (2009). South Africa’s foreign policy: hegemonic aspirations, neoliberal orientations and global transformation. *South African Journal of International Affairs*, 16-2.

- Herath, D. (2009). The Discourse of Development: has it reached maturity? *Third World Quarterly*, 30(8), pp. 1449-1464.
- Himmelstrand, U., Kinyanjui, K., Mburugu, E. (1994). Introduction: In Search of New Paradigms? In: Himmelstrand, U., Kinyanjui, K., Mburugu, E. (1994). *African Perspectives on Development: Controversies, Dilemmas and Openings*. Nairobi, Kenya: East African Educational Publishers.
- Hosseini, H. (2003). Why Development is More Complex than Growth: Clarifying Some Confusions. *Review of Social Economy*. 61(1), pp. 91-110.
- Hwang, K. (2007). The Historical Evolution of SADC(C) and Regionalism in Southern Africa. *International Area Studies Review*, 10-1.
- INE. (2018). Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. Online, disponível em: <[http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib\\_optica\\_producao.xlsx/view](http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib_optica_producao.xlsx/view)>. Última consulta em 26 de Setembro de 2019.
- Kabuya, F. I (2011). Development ideas in post-independence: Sub-Saharan. *Journal of Development and Agricultural Economics*. 3(1), pp. 1-6.
- Henry, P. (2000). Os Obstáculos Políticos ao Capitalismo Africano. In: Ellis, S.; Fauré, Y. *Empresas e Empresários Africanos*. Editora Vulgata. Lisboa: 2000.
- Lalbahadur, A., Otto, L. (2013). *Mozambique's Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development*. Occasional Paper n. 160. Pretoria: South Africa Institute of International Affairs.
- Landsberg, Chris. (2012) A Política Externa do Governo Jacob Zuma: Associação ou Dissociação? *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, pp. 79-108
- Masha, Y.; Ross, D.C. (2014). Mozambique's Growth Experience, Macroeconomic Policy Mix and Institutions. In: IMF. *Mozambique rising: building a new tomorrow*. – Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2014.
- McCarthy, C. (1999). SACU and the Rand Zone. In: Bach, D. C (Ed.) (1999). *Regionalisation in Africa: Integration and Disintegration*. Oxford: James Currey Ltd.
- Mezzaroba, O., Monteiro, C. S (2008). *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. São Paulo: Saraiva.
- Miller, D.; Saunders, R.; Oloyede, O. (2008). South African Corporations and Post-Apartheid Expansion in Africa: Creating a New Regional Space. *African Sociological Review/Revue Africaine de Sociologie*, 12-1, p. 1-19

- Moreira, A. (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra, Portugal: Almedina.
- Moçambique. (2014). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2015-2035)*. Maputo: República de Moçambique.
- Moçambique. (2017). *Protocolo Sobre Trocas Comerciais da SADC*. Maputo: Ministério da Indústria e Comércio de Moçambique.
- Nações Unidas Brasil. (2019). *O que é Cooperação Sul-Sul e por que ela importa?* Nações Unidas Brasil. Online, disponível em: < <https://nacoesunidas.org/o-que-e-cooperacao-sul-sul-e-por-que-ela-importa/>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.
- Nolte, D. (2010). How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. *Review of International Studies*, 36(4), 881-901.
- Nye, J. (2005). *Soft Power: The Means To Success In World Politics*. New York: Ingram Publisher Services US
- Observatory of Economic Complexity. (2019). Massachusetts Institute of Technology (MIT). Online, disponível em: <[https://oec.world/en/visualize/tree\\_map/hs92/export/moz/show/all/2016/](https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/moz/show/all/2016/)>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.
- Ogunnubi, O.; Amao, O. B. (2016). *South Africa's Emerging "Soft Power" Influence in Africa and Its Impending Limitations: Will the Giant Be Able to Weather the Storm?* African Security, 9:4, 299-319.
- Pereira, J.C.F.A. (2006). *Relações económicas entre África do Sul e Moçambique: cooperação ou dominação?* Tese para o Doutoramento em Economia. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Rasagam, G.; Engman, M.; Gurcanlar, T.; Fernandes, E. (2014) Mozambique's Development Corridors: Platforms for Shared Prosperity. In: IMF. *Mozambique rising: building a new tomorrow*. – Washington, D.C.: International Monetary Fund, 2014.
- Rogerson, C. M; (2001). *Spatial Development Initiatives in Southern Africa: The Maputo Development Corridor*. *Economische en Sociale Geografie*, 92-3, pp. 324-346.
- Santos, B. S., Meneses, M. P. (org.) (2009) *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.
- SASOL. (2017). *Possibilidades Capacitantes: Providenciando o Progresso*. Conferência de Investimento de Inhambane, 15-16 Junho 2017.
- SASOL. (2019). SASOL. Online, disponível em: < <https://www.sasol.com/mozambique>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.

Schoeman, M. (2000). South Africa as an Emerging Middle Power. *African Security Review*, 9 (3), 47-58.

Seers, D. (1969). *The Meaning of Development*. Brighton, United Kingdom: IDS Communication 44.

Sen, Amartya (1983). Development: Which Way Now? *The Economic Journal*, 93(372), pp. 745-762.

Shaw, T. M. (2001) African Foreign Policy in the New Millennium: From Coming Anarchies to Security Communities? From New Regionalisms to New Realisms? In: Dunn, K. C.; Shaw, T. M. *Africa's Challenge to International Relations Theory*. New York: Palgrave Macmillan.

Sidiropoulos, E. (2008). South African foreign policy in the post-Mbeki period. *South African Journal of International Affairs*, 15-2.

South Africa (2011). *Building a Better World: The Diplomacy of Ubuntu* - White Paper on South African Foreign Policy. Pretoria: Department of International Relations and Cooperation.

South African Reserve Bank. (2019). *Statistics*. Online, disponível em: <  
<https://www.resbank.co.za/Research/Statistics/Pages/Statistics-Home.aspx>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.

South32. (2019). *Mozal Aluminium*. Online, disponível em: <  
<https://www.south32.net/our-business/southern-africa/mozal-aluminium>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.

Takirambudde, P. (1999). The rival strategies of SADC and PTA/COMESA in Southern Africa. In: Bach, D. C (Ed.) (1999). *Regionalisation in Africa: Integration and Disintegration*. Oxford: James Currey Ltd

Taylor, I. (2003). Globalization and regionalization in Africa: reactions to attempts at neo-liberal regionalism. *Review of International Political Economy* 10:2 May 2003: 310– 330

União Africana (2013). *Agenda 2063: A África que Queremos*. Addis Ababa: União Africana.

UNCTAD. (2012) *Investment Policy Review: Mozambique*. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development.

UNCTAD. (2016) *World Investment Report 2016*. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development.

UNCTAD. (2017) *World Investment Report 2017*. Geneve: United Nations Conference on Trade and Development.



UNCTAD STAT. (2019). UNCTAD Data Base. Disponível em: <  
<https://unctadstat.unctad.org/EN/Index.html>>. Último acesso em 26 de Setembro  
de 2019.

UNDP (2018). *Human Development Indices and Indicators 2018 Statistical Update*.  
New York: United Nations Development Programme.

Visentini, P. F.; Ribeiro, L. D. T.; Pereira, A. D. (2014). *História da África e dos  
Africanos*. 3ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Xiong, Y. (2014). The Role of Megaprojects and Their Relationship to Jobs and  
Growth. In: IMF. *Mozambique rising: building a new tomorrow*. – Washington, D.C.:  
International Monetary Fund, 2014.

World Bank (2010). *Perspectivas para os Pólos de Crescimento em Moçambique:  
Sumário do Relatório Agosto 2010*. The World Bank Finance and Private Sector  
Development Africa Region.

World Bank (2019a). *World Bank Open Data*. Online, disponível em: <  
<https://data.worldbank.org/>>. Último acesso em 26 de Setembro de 2019.

World Bank (2019b). *World Integrated Trade Solution*. Online, disponível em:  
<<https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/ZAF>>. Último acesso em 26 de  
Setembro de 2019.

Yongo-Bure, B. (2015). Regional Development Poles and Self-Sustaining Development  
in Africa. In: Olutayo, A. O., Adeniran, A. I. *Regional Economic Communities:  
Exploring the Process of Socio-economic Integration in Africa*. Dakar:  
CODESRIA.